Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Priner Serviços Industriais S.A. ("Priner" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de julho de 2013, está sediada na Avenida Geremário Dantas, 1.400, loja 249 a 267, Freguesia, na cidade e estado do Rio de Janeiro - Brasil e atua basicamente no mercado de manutenção e montagem industrial de grandes plantas industriais. A Companhia fornece equipamentos e mão-de-obra para montagem de estruturas que viabilizam o acesso de pessoal e materiais em processos de manutenção preventiva, corretiva e de montagem de equipamentos e tubulações e também presta serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície, isolamento térmico e instalação de habitáculos pressurizados, os quais permitem realização de serviços de soldagem sem interrupção das atividades industriais dos clientes.

A Companhia possui duas empresas controladas denominadas Priner Locação de Equipamentos S.A. ("Priner Locação ou "Rental") e Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A. ("Smartcoat") e uma empresa controlada em conjunto denominada R&R Industria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R").

A Priner Locação, controlada direta, foi constituída com o objetivo de segregar as atividades da Companhia. A controlada atua fornecendo locação de andaimes, equipamentos especiais de acesso e habitáculos pressurizados.

A Smartcoat atua no mercado de tratamento de superfícies e pintura industrial offshore.

A R&R atua no setor de fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, isolamento acústico e proteção passiva contrafogo, para equipamentos industriais; comércio, importação e exportação de produtos isolantes (térmicos, acústicos e de proteção contrafogo); e instalação de produtos de fabricação própria.

A Companhia reconhece as investidas controladas, Priner Locação e Smartcoat, pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e, as demonstrações contábeis dessas controladas diretas são consolidadas linha a linha nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

A investida R&R, cujo controle é em conjunto, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As operações estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração da Companhia, através de Ata de Reunião de Diretoria realizada em 7 de janeiro de 2016, contendo as seguintes unidades de negócio: Prestação de Serviços e Locação. A descrição de cada divisão está mencionada na Nota Explicativa nº 31.

Declaração e análise de continuidade operacional

A Receita Líquida e o Lucro Bruto Consolidados do exercício de 2019 apresentaram crescimento de 6,5% e 8,9%, com expansão de margem de 0,3 p.p. em relação ao exercício de 2018, respectivamente. O lucro bruto da Priner (Serviços + Locação) apresentou crescimento de 2,0% em relação ao exercício anterior, impulsionado pelo forte crescimento das receitas com locação (+49% 2019 vs 2018). A Controlada Smartcoat apresentou uma significativa melhora no lucro bruto em relação ao ano anterior, apesar do resultado bruto ainda ter sido negativo, tendo como causa deste resultado um contrato que gerou prejuízo em 2018 e 2019, o qual foi encerrado em junho de 2019. Além deste contrato específico, os resultados desta controlada foram impactados pela reestruturação finalizada em 2019, a qual gerou custos com demissões: seu quadro de colaboradores reduziu 48% ao longo do exercício de 2019 (363 em 2019 x 700 em 2018). Em 2019, a Smartcoat deu continuidade ao movimento de alteração no perfil de seus contratos, passando a priorizar contratos com forte participação de locação de equipamentos e prestação de serviços com cobrança de diária, em substituição a contratos de prestação de serviços por produtividade.

Excluindo itens não recorrentes (ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat, contigências trabalhistas e reavaliação de imobilizado), as despesas gerais e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

administrativas apresentaram um aumento de 6,9%, em função de reajustes pontuais (dissídio coletivo e alguns fornecedores de serviços) e despesas não recorrentes com remoção da filial de Macaé da Priner Serviços para o prédio da controlada Smartcoat, na mesma cidade.

O endividamento líquido consolidado apresentou redução de 34,7%, equivalente ao montante de R\$ 26,9 milhões. Como parte de nosso plano para reestruturação das dívidas bancárias do grupo, em 10 de maio de 2019 concluímos o processo de emissão de debêntures pela Priner Serviços. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo. Adicionalmente, a controladora recebeu aporte de capital no montante de R\$ 20,0 milhões no exercício de 2019.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 30 de março de 2020.

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Companhias abertas. As normas *IFRS* não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas *IFRS*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

Não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas lada a lado num único conjunto de informações.

A Administração da Companhia atesta que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, forma preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

b) Base de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Certos ativos e instrumentos financeiros podem estar apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

c) Resultado por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os segmentos operacionais da Companhia são: serviços e locação.

As divulgações aplicáveis aos segmentos reportáveis, estão apresentadas na nota explicativa nº 31.

d) Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

e) Base de consolidação

(i) Investimento em controladas e controlada em conjunto

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui os seguintes atributos: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. Os acordos de *joint ventures*, que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações contábeis consolidadas as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são reconhecidas como investimento e contabilizadas por meio do método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis da Companhia a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações contábeis consolidadas incluem os ativos que a Companhia controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais a Companhia tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufere da operação conjunta.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporcão da participação da Companhia na Investida.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

 Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 32.2.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou
 designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são
 reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por
 meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos,
 incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
- Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

• Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros. A Companhia identificou impactos em relação às práticas anteriormente utilizadas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo:

Na transição para a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, a Companhia optou por utilizar metodologia simplificada, constituindo, na adoção inicial, uma provisão para perda de recebíveis nos montantes de R\$ 1.531 e R\$ 7.384 na controladora e no consolidado, respectivamente, em conta redutora de contas a receber no ativo circulante, tendo como contrapartida a conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido nos montantes de R\$ 1.010 e R\$ 5.020 na controladora e no consolidado, respectivamente, e a conta de IR e CS diferidos no ativo circulante nos montantes de R\$ 520 e R\$ 2.364 na controladora e no consolidado, respectivamente.

Esses reflexos foram registrados no balanço de abertura de 2018 e estão demonstrados conforme quadro a seguir:

			Controladora			Consolidado
<u>Balanço Patrimonial</u>	Saldo em 31/12/2017	Ajustes adoção do CPC 48/IFRS9	Saldo de 01/01/2018	Saldo em 31/12/2017	Ajustes adoção do CPC 48/IRFS9	Saldo de 01/01/2018
Ativo - Provisão -para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(9.848)	(1.531)	(11.379)	(20.133)	(7.384)	(27.517)
Ativo -IRPJ e CSLL diferidos	3.348	520	3.869	6.845	2.364	9.210
PL - Prejuízos acumulados	-	1.010	1.010	-	4.125	4.125
PL - Prejuízos acumulados -Participações não controladores	-	-	-	-	895	895

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

e) Imposto de renda e contribuição social

• Imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributáveis vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações contábeis que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

• Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

• Benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado

A Companhia foi constituída em 12 de julho de 2013, pelas sócias Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e Albuquerque Participações S.A. e em 30 de novembro de 2013 a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. vendeu a totalidade das quotas que detinha no capital da Companhia para sua sócia Albuquerque Participações, a qual passou a ser controladora da Companhia.

Em momento subsequente, em 02 de dezembro de 2013, a Companhia promoveu a incorporação da sua controladora Albuquerque Participações S.A., ou seja, efetuou uma incorporação reversa.

A empresa Albuquerque Participações S.A. registrou um ágio, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial, em conta de investimento no ativo circulante.

Após a incorporação, em meados de 2014, foi emitido o laudo de avaliação, fundamentado em três justificativas:

- (i) mais valia do ativo;
- (ii) intangíveis;
- (iii) deságio por compra vantajosa.

Tendo sido realizado na incorporadora, com base neste laudo, os ajustes de alocação do ágio, conforme quadro abaixo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Alocação do ágio - conforme Laudo	Constituição	Benefício (ônus) Fiscal
Intangível	943	Não se aplica
Carteira de Clientes	763	
Direito de uso de Marca	169	
Acordo de não competição (uso por 1 ano)	11	
Imobilizado - bens tangíveis		
Mais valia do imobilizado	10.583	3.598
Total	11.526	3.598
(-) Deságio na incorporação Albuquerque	8.341	
Compra Vantajosa	3.185	(1.083)

Para fins fiscais, àquela época era permitida a dedução fiscal do ágio nas operações de incorporação entre a investidora e a investida. O benefício fiscal de R\$ 3.598 referente a 34% do IRPJ e CSLL da mais valia do imobilizado foi registrado pela Companhia em conta de diferido no ativo não circulante e controlado no livro fiscal (LALUR).

A Companhia aproveita o benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado. Abaixo composição do uso do benefício fiscal nos exercícios de 2019 e 2018 e o saldo a usufruir em 31 de dezembro de 2019.

	201	19	2018		
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado		IR e CS		IR e CS	
	Amortização	Diferidos	Amortização	Diferidos	
Saldo anterior a amortizar	1.910	649	2.114	719	
Amortização	(204)	(70)	(204)	(70)	
Saldo a amortizar	1.706	579	1.910	649	

O ônus fiscal no montante de R\$ 1.083 referente a 34% de IRPJ e CSLL correspondente ao deságio por compra vantajosa foi registrado pela Companhia em conta de diferido no passivo não circulante e controlado no livro fiscal (LALUR) e foi reconhecido na razão mensal de 1/60 avos, tendo sido totalmente amortizado.

		2019		
ÔNUS FISCAL POR COMPRA VANTAJOSA	Amortização	IR e CS Diferidos	Amortização	IR e CS Diferidos
Saldo anterior a amortizar	-	-	(637)	(433)
Amortização	-	-	637	217
Saldo a amortizar	-	-	•	(216)

f) Investimentos

Os investimentos da Controlada em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

Imobilizado g)

Os ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado e reconhecidos como item especifico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útileconômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

h) Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

j) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

l) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte (Nota Explicativa nº 21.1).

O valor de participação de resultados é fixado com base no Valor Econômico Agregado - EVA.

O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia. Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula:

(Lucro operacional após o imposto de renda) - (capital empregado x custo médio ponderado de capital)

m) Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 21.2.

n) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

o) Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos.

q) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de prestação de serviços

As receitas provenientes pela prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) - Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de 05 (cinco) etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida.

Desta forma, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

A Companhia identificou impactos em relação às práticas anteriormente utilizadas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo:

Na adoção inicial da NBC TG 47 (IFRS 15), a Companhia por fazê-la retrospectivamente constituindo, na adoção inicial, um passivo na conta de provisão para custos com desmobilização de contratos no valor de R\$ 401, tendo como contrapartida a conta de prejuízos acumulados no valor de R\$ 265 e a conta de IR e CS diferidos ativos no valor de R\$ 136. A Companhia aplicou o pronunciamento retrospectivamente somente aos contratos que não foram concluídos até a data da aplicação inicial. Desta forma, os reflexos foram registrados no balanço de abertura de 2018 e está demonstrado no quadro abaixo, não havendo impacto nas suas controladas.

			Controladora
	Saldo em	Ajustes adoção do	Saldo em
Balanço Patrimonial	31/12/2017	CPC 47/IRFS15	01/01/2018
Passivo - Provisão para desmobilização de contratos	<u> </u>	(401)	(401)
Ativo -IRPJ e CSLL diferidos	-	136	136
PL - Prejuízos acumulados	-	265	265

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- (i) Provisão do custo para desmobilização de contratos com amortização na data de vencimento dos contratos e término de paradas;
- (ii) Reconhecimento do custo para mobilização de contratos até o início das atividades em obra, cuja a amortização será realizada em seis meses e considerará o exercício atual; e
- (iii) Reflexo tributário sobre os ajustes iniciais das novas normas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de locação

As receitas provenientes de locação, correspondente a locação de bens móveis, é reconhecida prórata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos. A Companhia não identificou impactos em relação às práticas anteriormente utilizadas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

Receita e despesa financeira

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do exercício até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia, sendo contabilizada na rubrica de receita financeira.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável e são capitalizados juntamente com o investimento.

r) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

2.3. Novas normas e interpretações

As emissões e alterações de normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que são efetivas para o exercício iniciado em 2019. A Companhia descreve os principais pontos da revisão das novas normas a seguir:

NBC TG CPC 06/R3 (IFRS 16) - Arrendamento mercantil

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos.

A Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) em 1° de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a NBC TG 06/R3 (IFRS 16). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) apenas para os contratos vigentes em 1° de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. A Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil.

Os impactos significativos identificados pela adoção da NBC TG 06/R3 (IFRS 16) nos ativos e passivos da Companhia são decorrentes dos contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e por suas controladas para suas unidades operacionais (sede e filiais).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia aplicou os requerimentos da NBC TG 06/R3 (IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos conforme abaixo:

			Controladora
	Sem IFRS 16		Com IFRS 16
	(NBC TG 06/R3)		(NBC TG 06/R3)
	31/12/2018	Ajustes de transição	01/01/2019
Balanço Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	7.743	1.791	9.534
Arrendamento (Passivo)	-	(1.791)	(1.791)
			Consolidado
	Sem IFRS 16		Com IFRS 16
	(NBC TG 06/R3)		(NBC TG 06/R3)
	31/12/2018	Ajustes de transição	01/01/2019
Balanço Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	67.964	8.647	76.611
Arrendamento (Passivo)	-	(8.647)	(8.647)

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia não sofreram alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.4. Novas normas ainda não vigentes

IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00 (R2)

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativos e passivos; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Esta norma estará vigente a partir de 01 de janeiro de 2020.

A Administração da Companhia estã avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e contas correntes	2.686	711	3.353	712
Equivalentes de caixa	10.831	901	30.804	2.688
	13.517	1.612	34.157	3.400

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os equivalentes de caixa referem-se às seguintes aplicações:

				Controladora		Consolidado
Instituição	Aplicação	Rentabilidade	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Banco Bradesco	Automática	5% CDI	676		2.532	705
Banco Bradesco	CDB	96,75% CDI	-	-	7.625	-
Caixa Geral	Compromissada	90% CDI 0.38% a 100%	2.021	-	2.021	-
Banco Itaú	Automática	CDI	349	552	1.322	1.474
Banco Santander	Automática	10% a 100% CDI	1.759	349	1.759	509
Banco Votorantin	CDB/Compromissada	88% a 100,5% CDI	6.026	-	15.545	-
			10.831	901	30.804	2.688

3.2. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, os títulos e valores mobiliários referem-se aos seguintes títulos:

			-	Controladora		Consolidado
Instituição Financeira	Aplicação	Rentabilidade	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Banco Itaú	Fundo (1)	98% CDI	1.086	4	3.616	6
Banco Bradesco	Fundo (1)	89% CDI	-	-	-	22
Banco Bradesco	Títulos de capitalização (2)					46
			1.086	4	3.616	74
Circulante			1.086	4	3.616	28
Não circulante			-	-	-	46

⁽¹⁾ Os títulos e valores mobiliários referem-se às cotas de fundos de investimentos classificados na categoria depósitos interfinanceiros (DI).

⁽²⁾ Os títulos de capitalização referem-se à título de crédito comercializado pelo banco, com o objetivo de constituição de determinado capital, de acordo com plano aprovado pela Susep. Equivale a uma aplicação financeira programada, com retorno e período pré-fixado (prazo de vigência), podendo ocorrer antes em função de sorteios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Depósitos bancários vinculados

Em 03 de maio de 2019, a Companhia aprovou a 1ª emissão de Debêntures conforme mencionado na nota explicativa nº 15. Nesta data foi constituída a garantia de cessão fiduciária dos recursos iniciais depositados em conta *Escrow* de titularidade da emissora (Priner), a fim de garantir as obrigações referentes às parcelas do principal dos empréstimos existentes na data de liquidação das debêntures que não foram quitados na mesma data.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos dos depósitos vinculados estão demonstrados abaixo:

			-	Controladora	-	Consolidado
Instituição Financeira	Aplicação	Rentabilidade	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Banco Bradesco	Fundo	97% CDI	6.755	_	6.755	_

4. Contas a receber

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	36.483	39.081	52.187	55.883
Vencidos de 1 a 60 dias	820	10.585	1.351	12.443
Vencidos de 61 a 120 dias	321	8	649	99
Vencidos acima de 120 dias	9.456	10.492	20.130	20.821
	47.080	60.166	74.317	89.246
Duplicatas descontadas (1)	-	279	2	4.079
Notas promissórias (²)	997	-	997	-
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(10.369)	(11.919)	(21.712)	(23.510)
Total	37.708	48.526	53.604	69.815
Circulante Não circulante	36.711 997	48.526	52.607 997	69.815

⁽¹) O montante refere-se aos recebimentos antecipados, os quais serão baixados à medida em que as duplicatas a vencer, envolvidas nesta operação, forem pagas pelos respectivos clientes da Companhia às Instituições Financeiras.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos seus créditos, baseada em matriz de provisão, utilizando taxas de inadimplência histórica sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber.

A Companhia apresenta saldo de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como segue:

		Controladora			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
A vencer	428	1.338	800	1.859	
Vencidos até 30 dias	92	139	148	408	
Vencidos de 31 a 60 dias	128	-	140	404	
Vencidos de 61 a 120 dias	162	1	179	68	
Vencidos acima de 120 dias	60	42	187	351	
Confissão de dívida/jurídico (100% PCLD)	9.499	10.399	20.258	20.420	
	10.369	11.919	21.712	23.510	

⁽²) Nota promissória recebida em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício Adoção inicial CPC 48	(11.919)	(9.848) (1.531)	(23.510)	(20.133) (7.384)
Saldo inicial ajustado	(11.919)	(11.379)	(23.510)	(27.517)
Constituição de PECLD Reversão de PECLD	(532) 2.082	(2.088) 1.548	(2.148) 3.946	(3.723) 7.730
Saldo final do exercício	(10.369)	(11.919)	(21.712)	(23.510)

4.1. Outros créditos a receber

O valor de outros créditos a receber pela investida Smartcoat, no montante de R\$ 2.656, refere-se ao adiantamento de distribuição de lucros do exercício de 2017 feito pelos acionistas não controladores. Em 28 de junho de 2018, através do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a investida Smartcoat acordou com seus devedores que a quantia devida de R\$ 2.656 será paga à vista, sem correção monetária no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura desse Instrumento e poderá ser antecipada, caso a investida Smartcoat distribua dividendos ou juros sobre capital próprio.

5. Tributos a recuperar

31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 31/12/20 Circulante INSS a compensar (a) 92 784 113	
INSS a compensar (a) 92 784 113)18
	840
IRPJ e CSLL a compensar (b) 15.863 11.134 22.946 1	7.033
PIS e COFINS a compensar (c) 13 1 75	35
ICMS a compensar (d) 139 237 141	239
ISS a recuperar (e) 550 247 550	247
Créditos previdenciários (f) 373 3.312 1.153	4.606
Outros 40 11 44	11
<u> </u>	3.011
Não Circulante	
INSS a compensar (a) 827 - 827	-
PIS e COFINS a compensar (c) 152 152 152	152
ICMS a compensar (d) 170 151 170	151
Outros - 12	12
1.149 315 1.149	315

- a) A Companhia está no regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta CPRB em razão do enquadramento da sua atividade principal no CNAE, onde o percentual de retenção da contribuição previdenciária, de responsabilidade da empresa contratante, foi reduzido de 11% para 3,5%. O montante de R\$ 919 (R\$ 92 no circulante e R\$ 827 no não circulante) em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 784 em 2018) representa, em sua maioria, o INSS retido a maior por alguns clientes que realizaram retenção de contribuição previdenciária indevidamente com base em alíquota de 11%, ao invés de 3,5%.
- b) Refere-se à IRRF e CSLL retidos na fonte durante o exercício, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores.
- c) Referem-se a PIS e COFINS a recuperar durante o exercício de 2019. O saldo classificado como não circulante refere-se à apuração a maior no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e que serão compensados pela Companhia durante as apurações futuras de PIS e COFINS.
- d) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda. A expectativa é a compensação em exercícios futuros quando da realização de novas saídas tributárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) São montantes relativos ao ISS retido a maior por alguns clientes oriundos da atividade da Companhia e que são passiveis de restituição. A expectativa é que o pedido de restituição aos clientes seja realizado no decorrer do exercício de 2020.
- f) Reconhecimento de créditos referente a não incidência de contribuição previdenciária sobre algumas rubricas constantes na folha de pagamento no período de 5 anos, conforme parecer elaborado por consultores independentes. O crédito é corrigido pela SELIC e corrigido mediante a aplicação de coeficiente disponível na tabela prática aplicada em contribuições previdenciárias, sobre o valor originário da contribuição e poderá ser utilizado para compensação com contribuições sociais previdenciárias devidas, desde que a compensação seja declarada em GFIP.

6. Despesas antecipadas

	31/12/2019	Controladora 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Circulante				
Seguros	207	165	288	165
Feiras e stands	80	50	80	50
Licenças/direito de uso de sistemas	72	99	72	99
Mobilização de contratos (1)	305	631	1.605	3.364
Despesa antecipada com emissão de ações (2)	998	-	998	-
Outros	-	-	-	4
	1.662	945	3.043	3.682
Não Circulante				
Licenças/direito de uso de sistemas		24		24
		24		24

⁽¹) O custo para mobilização de contratos é reconhecido como despesa antecipada até o início das atividades em obra, cuja a amortização é realizada em seis meses e considera o exercício atual.

7. Tributos diferidos

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2017
Ativo diferido sobre adições temporárias (a)	5.560	4.220	10.430	8.483
Ativo diferido sobre prejuízo fiscal (a)	10.723	8.569	13.055	13.241
Ativo diferido sobre o benefício fiscal da mais valia do ativo				
imobilizado (b)	580	649	580	649
	16.863	13.438	24.065	22.373
Passivo diferido sobre o resultado da compra vantajosa (c)	(1.051)	(1.051)	(1.051)	(1.051)
Passivo diferido sobre a mais valia da alocação a valor justo de	(1.031)	(1.031)	(1.031)	(1.031)
controlada adquirida da compra vantajosa (d)	-	-	(3.445)	(4.509)
Passivo diferido sobre direito de uso de arrendamento mercantil - CPC 06/R3 (e)	(649)	_	(1.522)	_
o. 0 oo. no (c)	(1.700)	(1.051)	(6.018)	(5.560)
Impostos diferidos ativos líquidos	15.163	12,387	18.047	16.813
Impostos diferidos classificados no ativo	15.812	12.387	19.569	16.813
Impostos diferidos classificados no passivo	(649)	-	(1.522)	-
Impostos diferidos ativos líquidos	15,163	12.387	18.047	16.813

a) Impostos diferidos referentes às provisões constituídas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, representando adições temporárias na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social e o reconhecimento em relação aos prejuízos fiscais. Os fundamentos e as expectativas para a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições

⁽²) Referem-se aos custos associados às transações destinadas à obtenção de recursos próprios, mediante a distribuição primária de ações, que foram contabilizados transitoriamente em conta de ativo até que se conclua o processo de emissão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

temporárias estão apresentados a seguir:

Natureza	Fundamentos para a realização				
Prejuízo fiscal	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos.				
Swap e variação cambial	Pela liquidação do empréstimo				
Plano de opção de ações	Pelo exercício das opções				
Provisão para riscos trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo				
Provisões de custos e despesas	Pelo pagamento destes gastos				
Custos da transação - debêntures	Amortização em 48 parcelas conforme prazo final do contrato da 1ª emissão de Debêntures 1ª série				

- b) O benefício fiscal da mais valia do imobilizado está sendo realizado de acordo com a taxa de vida útil de cada bem, conforme laudo produzido por avaliador independente, sendo que o terreno somente seria realizado quando da sua alienação. Para o saldo remanescente, a Companhia aproveitou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 70.
- c) Imposto diferido decorrente do ganho com compra vantajosa na aquisição da Smartcoat.
- d) Imposto diferido decorrente da alocação de mais valia dos ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos na aquisição da Smartcoat. A realização desse saldo será com base na realização da mais valia alocada na combinação de negócios.
- e) Imposto diferido decorrente da adoção inicial da NBC TG 06/R3 (IFRS 16) que entrou em vigor a partir de janeiro de 2019, onde os direitos de uso passaram a ser reconhecidos no ativo, sujeitos a depreciação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

		Controladora
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado (aquisição da Priner)	1.706	1.910
Ganho por compra vantajosa (aquisição Smartcoat)	(3.091)	(3.091)
Prejuízo Fiscal	31.540	25.204
Provisão para riscos trabalhistas	2.520	1.618
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	10.369	11.919
Swap	(414)	(2.294)
Variação cambial	503	1.928
Inst. Derivativo Opções compra/venda R&R e Smartcoat	(4.707)	(4.287)
Plano de opções de ações	853	853
PIS/COFINS s/receita financeira - Exigibilidade suspensa	617	402
Provisões de custos e despesas, inclui desmobilização de contratos	6.694	2.272
Direito de uso - arrendamento mercantil	(1.909)	-
Passivo de arrendamento mercantil	2.013	-
Custo da transação - Debêntures	(2.095)	-
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	44.599	36.434
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	15,163	12.387

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado (aquisição da Priner)	1.706	1.910
Ganho por compra vantajosa (aquisição Smartcoat)	(3.091)	(3.091)
Prejuízo Fiscal	38.400	38.944
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	3.351	2.042
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	20.520	22.964
Swap	(132)	(2.145)
Variação cambial	503	1.928
Inst. Derivativo Opções compra/venda	(4.707)	(4.287)
Plano de opções de ações	853	853
PIS/COFINS s/receita financeira - Exigibilidade suspensa	617	402
Provisões de custos e despesas, inclui desmobilização de contratos	7.082	3.191
Direito de uso - arrendamento mercantil	(4.478)	-
Passivo de arrendamento mercantil	4.684	-
Custo da transação - Debêntures	(2.095)	-
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	63,213	62,711
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	21.492	21.322
Mais valia aquisição Smartcoat	12.040	15.908
Provisão / Contingência aquisição Smartcoat	(1.907)	(2.646)
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	10.133	13,262
Total do imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(3.445)	(4.509)
Total do imposto de renda e contribuição social diferido liquido	18.047	16.813
rotat do imposto de renda e contribuição social diferido liquido	10.047	10,013

A expectativa da Administração para realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Ano de 2020	1.255	1.900
Ano de 2021	1.785	2.255
Ano de 2022	1.656	2.125
Ano de 2023	1.596	2.066
Ano de 2024	1.742	2.211
Ano de 2025	1.822	2.418
Ano de 2026	1.808	2.583
Anos 2027 a 2029	5.199	8.507
	16.863	24.065

7.1 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para o prejuízo fiscal acumulado, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a controlada Smartcoat possa utilizar seus benefícios.

To	otal	20	019	20	18
 Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
21.578	7.336	14.698	4.997	6.880	2.339

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

	Controladora		Consolidado
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
64.382	49.603	-	-
841	14.911	-	-
861_	829	861	829
66.084	65.343	861	829
867	867	867	867
66.951	66.210	1.728	1.696
	64.382 841 861 66.084	31/12/2019 31/12/2018 64.382 49.603 841 14.911 861 829 66.084 65.343 867 867	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 64.382 49.603 - 841 14.911 - 861 829 861 66.084 65.343 861 867 867 867

^(*) Ágio reconhecido no momento da aquisição de participação na investida R&R.

8.1. Informações relevantes sobre as investidas

							Controladora
Controladas e controladas	% de	Número total	Número de ações	Patri	mônio Líquido		ucro (Prejuízo) acumulado (*)
em conjunto	Participação	de ações	adquiridas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Priner Locação Smartcoat (*) R&R (*)	99,99 75,00 51,00	34.556.579 26.700.000 50.000	34.556.578 20.025.000 25.500	64.382 1.121 1.688 67.191	49.603 19.882 1.624 71.109	15.030 (11.424) 1.564 (2.166)	11.908 (9.162) 879 3.625
							Consolidado
	% de	Número total	Número de	Patr	rimônio Líquido		.ucro (Prejuízo) o acumulado (*)
Controladas em conjunto	Participação	de acões	acões adquiridas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018

		% de	Número total	Número de	Patri	mônio Líquido		icro (Prejuízo) acumulado (*)
	Controladas em conjunto	Participação	de ações	ações adquiridas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
R&R (**)		51,00	50.000	25.500	1.688 1.688	1.624 1.624	1.564 1.564	879 879

^(*) Patrimônio líquido e lucro (prejuízo) do período ajustados.

Outras informações:

				Controladora
	Capital social in	Capital social integralizado		o Ativo
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Priner Locação	34.557	34.557	73.905	54.392
Smartcoat (*)	16.610	16.610	56.741	60.971
R&R (*)	50	50	2.901	2.749

				Consolidado		
	Capital social in	tegralizado	Total do Ativo			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
R&R (*)	50	50	2.901	2.749		

^(*) Ativo total do período ajustado com mais valia da aquisição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Movimentação do investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2018	65.343
Resultado de equivalência patrimonial - Priner Locação	15.030
Dividendos recebidos - Priner Locação	(109)
Dividendos a receber - Priner Locação	(143)
Resultado de equivalência patrimonial - Smartcoat	(14.070)
Resultado de equivalência patrimonial - R&R	798
Dividendos recebidos - R&R	(765)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	66.084

9. Instrumentos financeiros derivativos

			Cont	roladora				Conso	lidado
		Valor		Valor		Valor		Valor	
	31/12/2019	Justo	31/12/2018	Justo	31/12/2019	Justo	31/12/2018	Justo	Nível
Ativos financeiros derivativos									
R&R	4.455	4.455	4.517	4.517	4.455	4.455	4.517	4.517	
Smartcoat	-	-	1.303	1.303	-	-	1.303	1.303	
	4.455	4.455	5.820	5.820	4.455	4.455	5.820	5.820	2
Passivos financeiros derivativos									
R&R	(69)	(69)	(310)	(310)	(69)	(69)	(310)	(310)	
Smartcoat	-	-	(1.545)	(1.545)	-	-	(1.545)	(1.545)	
	(69)	(69)	(1.855)	(1.855)	(69)	(69)	(1.855)	(1.855)	2
	4.386	4.386	3.965	3.965	4.386	4.386	3.965	3.965	

9.1. R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda.

A Companhia celebrou o acordo de quotistas entre a Priner Serviços Industriais S.A. e a R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. na data de 24 de janeiro de 2017. Neste acordo, as partes firmaram opções de compra e de venda baseadas nas seguintes premissas destacadas abaixo conforme cláusulas 9 e 10, respectivamente:

Opções de compra:

- (i) 1ª opção de compra a partir do 12º mês e o 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: percentual de quotas alvo de compra multiplicado por R\$ 12.000;
- (ii) 2ª opção de compra a partir do 25º mês e o 48º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 4 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto, não podendo ser superior ao montante de R\$ 12.000;
- (iii) 3ª opção de compra a partir do 48º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 4 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto.

Opções de venda:

- (i) 1ª opção de compra a partir do 12º mês e o 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 2 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto, não podendo ser superior ao montante de R\$ 12.000:
- (ii) 2ª opção de compra a partir do 25° mês e o 48° mês após a data de assinatura do acordo de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quotistas: múltiplo de 4 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto, não podendo ser superior ao montante de R\$ 12.000;

(iii) 3ª opção de compra a partir do 48º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 4 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto.

As opções de compra e de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019 nos montantes destacados abaixo:

	31/12/2019
Opção de Compra	4.455
Opção de Venda	(69)

O valor justo das opções de compra e de venda foi mensurado por especialistas externos, na data da aquisição, e sua mensuração considerou exercício ao término do período de carência, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia.

Para o cálculo do valor justo, calculada a cada a três meses, foi adotada a metodologia do Black, Scholes & Merton (BSM) e as seguintes premissas:

	31/12/2019	31/12/2018
1. Taxa livre de risco	7,45%	8.04%
Volatilidade (índice Ibovespa como referência)	19,85%	22,20%
3. Taxa de retorno de dividendos (com base no empenho da Companhia)	4,04%	4,04%

9.2. Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A.

Como parte da transação da combinação de negócios, as partes firmaram opções de compra e de venda baseadas nas seguintes premissas destacadas abaixo:

Opções de compra:

- (i) 1ª opção de compra a partir do 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas, ou a qualquer momento antes do prazo mencionado em caso de Evento de liquidez da Priner, mediante pagamento do preço de compra correspondente a 4 (quarto) vezes o valor do EBITIDA apurado nos 12 meses calendário anteriores a data de envio da Notificação de Opção de Compra (ou da notificação de preço, se enviada), subtraído o Endividamento Líquido, multiplicado pelo percentual do capital social detido pelos Sócios originais.
- (ii) Caso a opção de compra seja exercida em caso de um Evento de Liquidez da Priner que inclua a Injeção de Capital Primário ou alienação de no mínimo 75% das ações de emissão da Priner, o preço de opção de compra será pago à vista.

Nessa hipótese o preço será pago da seguinte forma:

- 34% do valor do preço da opção de compra à vista no exercício;
- 33% do valor de opção de compra após 12 meses, corrigido pelo CDI;
- 33% do valor de opção de compra após 24 meses, corrigido pelo CDI.

Opções de venda:

(i) 1ª opção de venda partir do 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas, ou a qualquer momento antes do prazo mencionado caos os sócios originais manifestem voto contrário a

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprovação de um Evento de diluição e, mesmo assim, a maioria dos acionistas da companhia manifestar voto favorável, o evento de Diluição será aprovado pela Assembleia Geral. Neste caso os Sócios Originais poderão exercer a sua opção de venda em até 30 dias da data da Assembleia Geral que aprovar a deliberação, mediante pagamento do preço de compra correspondente a 4 (quarto) vezes o valor do EBITDA apurado nos 12 meses calendário anteriores a data de envio da Notificação de Opção de Venda (ou da notificação de preço, se enviada), subtraído o Endividamento Líquido, multiplicado pelo percentual do capital social detido pelos Sócios originais.

(ii) Caso a opção de venda seja exercida em caso de um Evento de Liquidez da Priner que inclua a Injeção de Capital Primário ou alienação de no mínimo 75% das ações de emissão da Priner, o preço de opção de venda será pago à vista.

Nessa hipótese o preço será pago da seguinte forma:

- 34% do valor do preço da opção de compra à vista no exercício;
- 33% do valor de opção de compra após 12 meses, corrigido pelo CDI;
- 33% do valor de opção de compra após 24 meses, corrigido pelo CDI.

 Vigência
 Opção de compra e opção de venda

 Vigência
 29/07/2037

 Carência
 29/07/2020

 Preço de exercício
 4*EBITDA - dívida líquida

 34% no exercício; 33% após 12 meses e 33% após 24

 Pagamento
 meses

As opções de compra e de venda estão apresentadas aos seus valores justos em 31 de dezembro de 2019 conforme detalhado a seguir:

Opção de Compra
Opção de Venda
- Opção de Venda

O valor justo das opções de compra e de venda foi mensurado por especialistas externos, na data da aquisição, e sua mensuração considerou exercício ao término do período de carência, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia. Conservadoramente, para encerramento do período, a Companhia optou por considerar o valor das opções zerado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

10.1. Movimentação do imobilizado - Individual

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Adoção inicial - IFRS 16 (NBC TG 06/R3)	Baixas/ Resultado de inventário	Saldo em 31/12/2019
Custo						
Equip. de locação e uso operacional		8.552	535	-	(130)	8.957
A imobilizar		68	49	-	-	117
Benfeitorias		3.123		-	-	3.123
Computadores		680	195	-	(15)	860
Terrenos		60	-	-	-	60
Veículos		1.252	6	-	-	1.258
Instalações		276	6	-	-	282
Máquinas e Equipamentos		20	29	-	-	49
Moveis e utensílios		368	125	-	-	493
Prédios		821			-	821
Direitos de uso - arrendamentos CPC 06 (R3) (1)	-	-	713	1.791	(270)	2.234
		15.220	1.658	1.791	(415)	18.254
Depreciação						
Equip. de locação e uso operacional	10	(2.708)	(864)	-	88	(3.484)
Benfeitorias	(*)	(2.906)	(36)	-	-	(2.942)
Computadores	2Ó	(301)	(124)	-	30	(395)
Veículos	20	(848)	(128)	-	-	(976)
Instalações	10	(196)	(28)	-	-	(224)
Máguinas e Equipamentos	10	(19)	(4)	-	-	(23)
Moveis e utensílios	10	(128)	(43)	-	-	(1 7 1)
Prédios	4	(371)	(25)	-	-	(396)
Direitos de uso - arrendamentos CPC 06	(*)	` ,	, ,			, ,
$(R3)(^1)(2)$. ,	-	(381)	-	56	(325)
		(7.477)	(1.633)	-	174	(8.936)
	-	7.742	25	1 701	(0.14)	
Imobilizado líquido		7.743	25	1.791	(241)	9.318

⁽¹⁾ Direito de uso decorrente da adoção inicial do CPC 06 (R3) referente a contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e suas controladas para suas unidades operacionais (Sede e filiais).

10.2. Movimentação do imobilizado - Consolidado

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2018	Adicões	Adoção inicial - IFRS 16 (NBC TG 06/R3)	Baixas/ Resultado de inventário	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Custo							
Equip. de locação e uso operacional		140.656	18.781	-	(779)	(354)	158.304
A imobilizar		1.601	(1.456)	-	-	-	145
Benfeitorias		3.123	-	-	-	-	3.123
Computadores		1.241	249	-	(209)	35	1.316
Terrenos		121	-	-	-	-	121
Veículos		1.252	6	-	-	-	1.258
Instalações		356	6	-	(34)	153	481
Máquinas e equipamentos		302	31	-	-	(146)	187
Moveis e utensílios		708	130	-	(77)	306	1.067
Prédios		821	-	-	-	-	821
Direitos de uso - arrendamentos CPC 06 (R3)							
(¹)		-	1.184	8.647	(499)	-	9.332
		150.181	18.931	8.647	(1.598)	(6)	176.155
Depreciação Operacional							
Equip. de locação e uso operacional	10	(76.524)	(15.669)	-	549	176	(91.468)
Benfeitorias	(*)	(2.905)	(38)	-	-		(2.943)
Computadores	20	(796)	(184)	-	211	3	(766)
Veículos	20	(848)	(128)	-	-	-	(976)

⁽²⁾ Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos PIS e COFINS.

^(*) A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros e direitos de uso considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instalações Máquinas e equipamentos Moveis e utensílios Prédios	10 10 10 4	(241) (169) (363) (371)	(47) (33) (118) (25)		19 - 75 -	(81) 49 (141)	(350) (153) (547) (396)
Direitos de uso - arrendamentos CPC 06 (R3)(1)(2)	(*)	(82.217)	(1.635) (17.877)	-	103 957	- 6	(1.532) (99.131)
Imobilizado líquido		67.964	1.051	8.647	(641)	-	77.024

⁽¹) Direito de uso decorrente da adoção inicial do CPC 06 (R3) referente a contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e suas controladas para suas unidades operacionais (Sede e filiais).

Os equipamentos de locação e de uso operacional podem ser resumidos como:

- (i) Andaimes e estruturas de acesso: Tubos (Tubos Mills, Elite e Mills Lock), Pisos de alumínio, Pisos metálicos, Treliviga, Andaimes suspensos Webdeck que são plataformas de trabalho suspensa.
- (ii) Habitat (habitáculo pressurizados com detector de gases).
- (ii) Equipamentos de pintura e jateamento: Diversos equipamentos utilizados na prestação de serviço de pintura mecânica, pintura a jato, pintura hidrojato, como lixadeiras pneumáticas e elétricas, pistolas, máquinas a jato, compressores, bombas, hidrojateadoras, lavadoras de alta pressão, tanques de pressão, medidores de películas, de temperaturas.
- (iii) Equipamentos de isolamento: Diversos equipamentos utilizados na prestação de serviço de isolamento (sistemas isolantes e acústicos) como desbobinadeiras, frisadeiras, tubos de silicato.
- (iv) Equipamentos de apoio e uso próprio da área operacional: Diversos equipamentos de apoio como os carros elétricos, guinchos de içamento e os equipamentos de uso próprio na área de distribuição como empilhadeiras, máquinas de solda, tornos, parafusadeiras, esmerilhadeiras.

A tabela abaixo demonstra as principais aquisições do imobilizado:

	Consolidado		
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
-	-	10.514	7.224
-	-	1.691	1.247
-	-	1.272	-
540	1.121	3.659	3.069
55	17	168	3.050
713	-	1.184	-
350	618	443	664
1.658	1.756	18.931	15.254
	540 55 713 350	540 1.121 555 17 713 - 350 618	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 - - 10.514 - - 1.691 - - 1.272 540 1.121 3.659 55 17 168 713 - 1.184 350 618 443

(*) São aquisições compostas basicamente por: (i) benfeitorias em propriedades de terceiros, realizadas nas instalações da Companhia, (ii) aquisição de veículos para uso operacional, (iii) aquisição de ferramentas e gabaritos e (iv) aquisição de equipamentos de informática.

A depreciação consolidada do exercício findo em 31 de dezembro 2019, alocada ao custo de serviços prestados, é de R\$ 16.419 (R\$ 11.785 em 31 de dezembro de 2018), e refere-se a equipamentos de locação e demais bens de uso operacional. Do saldo de R\$ 16.419, R\$ 678 refere-se à depreciação do direito de uso de imóvel. Por sua vez, a depreciação alocada às despesas gerais e administrativas é de R\$ 1.458 (R\$ 2.897 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se aos demais itens do imobilizado, os quais são classificados como depreciação dos bens de uso próprio. Do saldo de R\$ 1.458, R\$ 957 refere-se à depreciação do direito de uso de imóvel.

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia não considera a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso e não estima impactos relevantes nos saldos

⁽²⁾ Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos PIS e COFINS.

^(*) A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros e direitos de uso considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apresentados decorrente das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

11. Intangível

11.1. Movimentação do intangível - Individual

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Custo						
Software	-	2.149	3	-	-	2.152
		2.149	3	-	-	2.152
Amortização						
Software	(*)	(882)	(370)	-	-	(1.252)
	-	(882)	(370)	-	-	(1.252)
Intangível líquido	-	1.267	(367)	-	-	900

^(*) A taxa anual de amortização de softwares é 20%, exceto do ERP TOTVS, amortizado com taxa de 10% considerando seu tempo de vida útil.

11.2. Movimentação do intangível - Consolidado

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Custo						
Software		2.242	3	-	-	2.245
Marcas e patentes		2.468	-	-	-	2.468
Carteira de clientes		4.599	-	-	-	4.599
		9.309	3	-	-	9.312
Amortização						
Software	(*)	(925)	(412)	-	-	(1.337)
Marcas e patentes	20	(700)	(495)	-	-	(1.195)
Carteira de clientes	20	(1.304)	(920)	-	-	(2.224)
		(2.929)	(1.827)	-	-	(4.756)
	- -	6.380	(1.824)	-		4.556

^(*) A taxa anual de amortização de softwares é 20%, exceto do ERP TOTVS, amortizado com taxa de 10% considerando seu tempo de vida útil.

A aquisição de R\$ 3 refere-se a investimentos de infraestrutura da tecnologia da informação.

A carteira de clientes e marca derivada da aquisição da controlada Smartcoat possuem vidas úteis de 60 meses e critério de amortização linear.

12. Fornecedores

		Controladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Fornecedores nacionais	5.228	6.234	9.418	12.838	
Fornecedores estrangeiros	1	-	1	8	
Total circulante	5.229	6,234	9.419	12.846	
Fornecedores nacionais	-	-	144	-	
Total não circulante			144		

A conta de fornecedores refere-se basicamente a aquisição de materiais para consumo diversos,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dentre outros, a compra de EPIs, de peças e ferramentas, de material elétrico, de material de escritório, dos serviços prestados, dos fretes e viagens, adquiridos no curso normal dos negócios.

13. Operações de risco sacado

A Companhia possui contratos firmados com fundos de investimentos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada Risco Sacado ou "Forfait". Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para esses fundos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização desta operação permite alongar prazos de pagamentos, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia.

Considerando as características de tais transações e cientes do Ofício Circular CVM nº 01/2019 de 11 de janeiro de 2019, a Companhia apresenta os montantes dessas transações em rubrica específica. Os prazos e condições estão apresentados a seguir.

	Controladora				
	Taxa de Juros	Prazo	31/12/2019	31/12/2018	
Risco Sacado - Propel Investimentos	1,44% - 1,7% (1)	90 dias	2.011	-	

	Consolidado					
	Taxa de Juros	Prazo	31/12/2019	31/12/2018		
Risco Sacado - Propel Investimentos	1,44% - 1,7% (¹)	90 dias	5.347	-		

⁽¹⁾ A Companhia e suas controladas possuem um limite de R\$ 5.000 para operar à taxa de 1,44%. O que exceder a este valor passa a ser operado pela taxa de 1,7%.

14. Empréstimos e financiamentos

A maioria dos empréstimos contratados tinha como objetivo o financiamento do capital de giro, indexados ao CDI. A parcela remanescente de empréstimos refere-se ao financiamento de ativos imobilizados, com taxas pré-fixadas de acordo com o Finame.

Os contratos não apresentam cláusulas restritivas (covenants) relacionados a saldos ou índices financeiros.

A Companhia tem como prática contábil alocar os juros pagos na atividade de financiamento da demonstração dos fluxos de caixa.

Em maio de 2019, a Companhia emitiu debêntures no valor de R\$ 67,5 milhões, com carência de 12 a 15 meses conforme descrito na nota explicativa nº 15. Desse valor, R\$ 42,9 milhões foram utilizados para quitação antecipada de dívidas bancárias com os seguintes bancos: Bradesco, Banco do Brasil, Fibra, Guanabara, Itau, Pine e Votorantim.

O valor correspondente à parte da dívida que não foi quitada de imediato, R\$ 17,3 milhões, ficou retido em uma conta Escrow (vide nota explicativa nº 3.3) e vem sendo utilizado para pagamento das parcelas de principal restantes em seus vencimentos.

A garantia de cada empréstimo por instituição financeira é demonstrada a seguir:

Instituição financeira	Garantia
------------------------	----------

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Banco Santander FINAME 1, 2 e 3
Banco Santander
Banco Safra
Banco ABC
Banco BBM
Banco Pine
Banco Bradesco FINAME (investida Smartcoat)
Banco ABC (investida Smartcoat)

Banco do Brasil FINAME (investida Smartcoat)

Bem financiado 100% domicílio simples de contratos Não há garantia 100% domicílio simples de contratos 100% domicílio simples de contratos 100% domicílio simples de contratos Aval do Sócio + o bem financiado Aval do Sócio + domicílio de contratos Aval do Sócio + o bem financiado

A seguir estão demonstrados os empréstimos vigentes no período na Controladora:

					Controladora	_	
Instituição Financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	31/12/2019	31/12/2018	Amortização
ltaú	CDI + 3,85% a.a.	25/01/2016	20/05/2019	5.000	-	627	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em abril de 2016 (Principal e Juros). Renegociado para 08 parcelas trimestrais - 1º vencimento após renegociação - julho de 2017.
ltaú	CDI + 3,85% a.a.	28/12/2016	20/05/2019	2.000	-	627	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em março de 2017 (Principal e Juros). Renegociado para 08 parcelas trimestrais - 1º vencimento após renegociação - julho de 2017.
ltaú	CDI + 3,95% a.a.	25/05/2017	20/05/2019	6.000	-	2.260	Em 08 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em agosto de 2017 (Principal e Juros).
ltaú	Variação cambial + 5,27% a.a. com swap para CDI + 3,95% a.a.	27/07/2017	27/01/2020	15.000	-	10.227	Em 30 parcelas - mensais - carência de 06 meses - 1º vencimento de juros em agosto de 2017 e de principal + juros em fevereiro de 2018.
Itaú	CDI + 3,90% a.a.	29/10/2018	28/05/2019	625	_	625	Em uma única parcela.
Itaú	CDI + 3,85% a.a.	28/11/2018	29/05/2019	625	_	625	Em uma única parcela.
ltaú	CDI + 3,85% a.a.	27/12/2018	28/05/2019	625		625	Em uma única parcela.
Santander	6% a.a. Pré-	08/09/2014	15/09/2019	463	-	87	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 12 meses - 1ª vencimento em outubro de 2015
	fixada						- (Principal e Juros)
Santander	13,04% a.a. Pré- fixada	28/08/2015	15/09/2020	179	30	70	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em abril de 2016 - (Principal e Juros)
Santander	13,04% a.a. Pré- fixada	24/09/2015	15/10/2020	73	14	30	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em maio de 2016 - (Principal e Juros)
Santander	CDI + 4,738% a.a.	26/05/2017	27/05/2019	6.000	-	1.252	Em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1° vencimento em junho de 2017 (Principal e Juros)
Santander	15,44% a.a.	28/11/2018	29/11/2019	3.000	-	3.039	Em 12 parcelas - com carência de 6 meses para o principal- 1º vencimento em dezembro de 2018 (somente de Juros) e julho de 2019 (principal e juros).
Safra	CDI + 4,50% a.a.	30/10/2017	21/10/2019	1.500	-	693	Em 12 parcelas - Mensais - podendo ser renovado por mais 12 - 1º vencimento em novembro de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Controladora		
Instituição Financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	31/12/2019	31/12/2018	Amortização
Fibra	CDI + 6,6123% a.a.	19/11/2018	18/11/2020	3.000	-	2.886	Em 24 parcelas - Mensais - Sem carência - 1° vencimento em dezembro de 2018.
ABC	CDI + 3,95% a.a.	28/08/2017	12/08/2020	3.000	-	1.769	Em 18 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em setembro de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em novembro de 2017.
ABC	CDI + 3,95% a.a.	09/04/2018	24/03/2021	3.080	1.179	2.554	Em 36 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em maio de 2018 (Juros), primeiro vencimento de principal em julho de 2018.
ABC	variação cambial + 8,17% a.a. com swap para CDI + 5,45% a.a.	09/04/2018	30/03/2020	3.000	827	2.694	Em 24 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em maio de 2018 (Juros), primeiro vencimento de principal em julho de 2018. Inicialmente em 24 parcelas - Mensais
ВВМ	CDI + 4,50% a.a.	27/07/2017	21/06/2021	6.000	2.381	3.582	ricialimente en 24 parcetas - Mensais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em julho de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em outubro de 2017. Renegociado em 20/06/18 - parcelamento do saldo em 36 parcelas.
ВВМ	CDI + 4,50% a.a.	27/11/2017	21/06/2021	4.285	2.113	3.179	Inicialmente em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em dezembro de 2017. Renegociado em 20/06/18 - parcelamento do saldo em 36 parcelas. Pagamento em única parcela com prazo
ВВМ	CDI + 4,50% a.a.	28/09/2018	02/01/2019	500	-	505	de 30 dias - Hot Money. Com possibilidade de renovação por mais 30 dias.
Pine	CDI + 5,2838% a.a.	23/02/2018	23/08/2019	3.000	-	2.004	Em 18 parcelas - mensais - carência de 06 meses - 1º vencimento de juros em março de 2018 e de principal + juros em setembro de 2018. Em 18 parcelas - mensais - carência de
Pine	CDI + 6,4216% a.a.	05/04/2018	07/10/2019	1.000	-	841	06 meses - 1º vencimento de juros em maio de 2018 e de principal + juros em novembro de 2018.
Pine	CDI + 9,5110% a.a.	09/11/2018	08/11/2019	400	-	370	Em 12 parcelas - mensais - sem carência - 1º vencimento em dezembro de 2018.
Guanabara	CDI + 6,1678% a.a.	15/08/2018	15/02/2019	1.257	-	420	Em 6 parcelas - mensais - 1° vencimento de principal + juros em setembro de 2018.
Guanabara	CDI + 6,1678% a.a.	05/09/2018	08/09/2020	2.244	-	1.979	Em 24 parcelas - mensais - 1° vencimento de principal + juros em outubro de 2018. Em 24 parcelas - mensais - 1°
Guanabara	CDI + 6,1678% a.a.	10/12/2018	10/12/2020	3.062	-	3.081	vencimento de principal + juros em janeiro de 2019. Operação de antecipação de recebíveis
Red Asset	Duplicatas descontadas	-	-	-	-	279	de carteira de clientes sem transferência de riscos e benefícios ao banco.
Safra	23,814933% a.m.	31/12/2019	-	-	6.545	48.603	Conta corrente saldo devedor
	Circulante Não circulante				4.824 1.721	38.873 9.730	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão demonstrados os empréstimos vigentes Consolidado no período :

	Consolidado						
Instituição financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	31/12/2019	31/12/2018	Amortização
Itaú	CDI + 3,85% a.a.	25/01/2016	20/05/2019	5.000	-	627	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em abril de 2016 (Principal e Juros). Renegociado para 08 parcelas trimestrais - 1° vencimento após renegociação - julho de 2017.
ltaú	CDI + 3,85% a.a.	28/12/2016	20/05/2019	2.000		627	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em março de 2017 (Principal e Juros). Renegociado para 08 parcelas trimestrais - 1º vencimento após renegociação - julho de 2017.
ltaú	CDI + 3,95% a.a.	25/05/2017	20/05/2019	6.000	-	2.260	Em 08 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em agosto de 2017 (Principal e Juros).
ltaú	Variação cambial + 5,27% a.a. com swap para CDI + 3,95% a.a.	27/07/2017	27/01/2020	15.000	-	10.227	Em 30 parcelas - mensais - carência de 06 meses - 1º vencimento de juros em agosto de 2017 e de principal + juros em fevereiro de 2018.
ltaú	CDI + 3,90% a.a.	29/10/2018	28/05/2019	625	-	625	Em uma única parcela.
ltaú	CDI + 3,85% a.a.	28/11/2018	29/05/2019	625	-	625	Em uma única parcela.
ltaú	CDI + 3,85% a.a.	27/12/2018	28/05/2019	625	-	625	Em uma única parcela.
							Em 48 parcelas - Mensais - Carência de
Santander	6% a.a. Pré-fixada	08/09/2014	15/09/2019	463	-	87	12 meses - 1ª vencimento em outubro de 2015 - (Principal e Juros) Em 48 parcelas - Mensais - Carência de
Santander	13,04% a.a. Pré- fixada	28/08/2015	15/09/2020	179	30	70	06 meses - 1ª vencimento em abril de 2016 - (Principal e Juros)
Santander	13,04% a.a. Pré- fixada	24/09/2015	15/10/2020	73	14	30	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em maio de 2016 - (Principal e Juros)
Santander	CDI + 4,738% a.a.	26/05/2017	27/05/2019	6.000	-	1.252	Em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em junho de 2017 (Principal e Juros)
Santander	15,44% a.a.	28/11/2018	29/11/2019	3.000	-	3.039	Em 12 parcelas - com carência de 6 meses para o principal- 1º vencimento em dezembro de 2018 (somente de Juros) e julho de 2019 (principal e juros). Em 12 parcelas - Mensais - podendo ser
Safra	CDI + 4,50% a.a.	30/10/2017	21/10/2019	1.500	-	693	renovado por mais 12 - 1º vencimento em novembro de 2017.
Caixa Geral	CDI + 4,50% a.a.	14/12/2017	14/06/2019	5.000	-	1.673	Em 18 parcelas - Mensais - Sem carência - 1° vencimento em janeiro de 2018.
Fibra	CDI + 6,6123% a.a.	19/11/2018	18/11/2020	3.000	-	2.886	Em 24 parcelas - Mensais - Sem carência - 1° vencimento em dezembro de 2018. Em 18 parcelas - Mensais - Com Carência
ABC	CDI + 3,95% a.a.	28/08/2017	12/08/2020	3.000	-	1.769	de 2 meses - 1º vencimento em setembro de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em novembro de 2017. Em 36 parcelas - Mensais - Com Carência
ABC	CDI + 3,95% a.a.	09/04/2018	24/03/2021	3.080	1.179	2.554	de 2 meses - 1º vencimento em maio de 2018 (Juros), primeiro vencimento de principal em julho de 2018.
ABC	variação cambial + 8,17% a.a. com swap para CDI + 5,45% a.a.	09/04/2018	30/03/2020	3.000	827	2.694	Em 24 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em maio de 2018 (Juros), primeiro vencimento de principal em julho de 2018. Inicialmente em 24 parcelas - Mensais -
ВВМ	CDI + 4,70% a.a.	27/07/2017	21/06/2021	6.000	2.381	3.582	Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em julho de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em outubro de 2017. Renegociado em 20/06/18 parcelamento do saldo em 36 parcelas.
ВВМ	CDI + 4,50% a.a.	27/11/2017	21/06/2021	4.285	2.113	3.179	Inicialmente em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em dezembro de 2017. Renegociado em 20/06/18 - parcelamento do saldo em 36 parcelas.
ВВМ	CDI + 4,50% a.a.	28/09/2018	02/01/2019	500	-	505	Pagamento em única parcela com prazo de 30 dias - Hot Money. Com possibilidade de renovação por mais 30 dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Conso	lidado	
Instituição financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	31/12/2019	31/12/2018	Amortização
Pine	CDI + 6,4216% a.a.	05/04/2018	07/10/2019	1.000	-	841	Em 18 parcelas - mensais - carência de 06 meses - 1º vencimento de juros em maio de 2018 e de principal + juros em novembro de 2018.
Pine	CDI + 9,5110% a.a.	09/11/2018	08/11/2019	400	-	370	Em 12 parcelas - mensais - sem carência - 1° vencimento em dezembro de 2018.
Guanabara	CDI + 6,1678% a.a.	15/08/2018	15/02/2019	1.257	-	420	Em 6 parcelas - mensais - 1º vencimento de principal + juros em setembro de 2018.
Guanabara	CDI + 6,1678% a.a.	05/09/2018	08/09/2020	2.244	-	1.979	Em 24 parcelas - mensais - 1º vencimento de principal + juros em outubro de 2018.
Guanabara	CDI + 6,1678% a.a.	10/12/2018	10/12/2020	3.000	-	3.081	Em 24 parcelas - mensais - 1º vencimento de principal + juros em janeiro de 2019.
Safra	23,814933% a.m.	-	-	-	1	-	Conta corrente - saldo devedor
Red Asset/Propel	Duplicatas descontadas	-	-	-	4	3.924	Operação de antecipação de recebíveis de carteira de clientes sem transferência de riscos e benefícios ao banco. Em 60 parcelas - Mensais - Carência de 06
Bradesco	5,50% a.a.	06/06/2018	15/06/2023	1.188	931	1.190	meses - 1ª vencimento de juros em setembro de 2018 e de principal e juros em janeiro de 2019. Em 60 parcelas - Mensais - Carência de 06
Bradesco	6,42% a.a. Variação	30/11/2018	16/10/2023	436	375	440	meses - 1ª vencimento de juros em janeiro de 2019 e de principal e juros em maio de 2019.
Bradesco	cambial + 8,7599% a.a. com swap para CDI + 5,90% a.a	29/06/2018	22/06/2020	767	-	602	Em 8 parcelas - trimestrais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em outubro de 2018 (principal+ juros).
Bradesco	Variação cambial + 8,5732% a.a. com swap + 14,49% a.a Variação	03/10/2018	22/09/2020	1.610		1.633	Em 8 parcelas - trimestrais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em janeiro de 2019 (principal+ juros).
Bradesco	cambial + 6,8983% a.a. com swap para CDI + 6,5% a.a	06/11/2019	03/12/2020	3.600	3.478	-	Em 12 parcelas - mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em janeiro de 2020 (principal+ juros).
Bradesco	11,8818% a.a.	17/08/2018	17/08/2020	5.000	-	5.025	Em 24 parcelas - mensais - 03 meses de carência - 1º vencimento em dezembro de 2018 (Principal e Juros).
Bradesco	CDI + 3,78% a.a.	26/11/2018	26/12/2019	4.500	-	4.541	Em 12 parcelas - mensais - 01 mês de carência - 1º vencimento em janeiro de 2019 (Principal e Juros).
Banco do Brasil (Finame)	5,80% a.a.	03/05/2019	15/01/2024	819	744	-	Em 54 parcelas - mensais - 1º vencimento em julho de 2019 (principal e juros).
ltaú	CDI + 3,95% a.a.	13/10/2017	17/10/2018	1.800	-	452	Em 04 parcelas - trimestrais - 1° vencimento em janeiro de 2018 (Principal e Juros).
ABC	CDI + 3,95% a.a.	29/11/2017	19/11/2019	3.000	-	1.503	Em 24 parcelas - mensais - 02 meses de carência - 1º vencimento em dezembro de 2017 (Juros). Primeiro vencimento de principal em fevereiro de 2018.
ABC	Taxa do cheque especial	-	-	-	3	3	Conta corrente - saldo devedor
					12.080	67.637	
	Circulante Não circulante				8.854 3.226	53.735 13.902	

A parcela do não circulante tem os seguintes vencimentos (consolidado):

	2019
Ano 2021	2.267
Ano 2022	546
Ano 2023	398
Ano 2024	15
Total	3.226

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures

Em 03 de maio de 2019, foi aprovada pela Companhia a primeira emissão de um total de 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, com garantia real e com garantia fidejussória, em 2 (duas) séries de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um real) conforme resumo abaixo:

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2019
1ª emissão	1ª série	45.000.000	10/05/2019	10/05/2023	CDI + 4,5% a.a.	45.218
1ª emissão	2ª série	22.500.000	10/05/2019	14/11/2022	CDI + 4,5% a.a.	22.609
						67.827
Custo de emissão		(2.514.562)				(2.096)
						65.731
Circulante						11.513
Não circulante						54.218

As parcelas do não circulante tem os seguintes vencimentos:

		31/12/2019					
	Debêntures	Custo da transação	Total				
Ano 2021	25.121	(629)	24.492				
Ano 2022	24.284	(629)	23.655				
Ano 2023	6.280	(209)	6.071				
Total	55.685	(1.467)	54.218				

As debêntures foram integralizadas à vista em 10 de maio de 2019, por meio de MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTVM, em moeda corrente nacional.

O valor nominal unitário da 1ª e 2ª série não será atualizado monetariamente. Sobre o valor nominal das debêntures de ambas as séries incidirão juros remuneratórios, a partir da primeira data de integralização ou da última respectiva data de pagamento da remuneração das debêntures, conforme o caso.

A remuneração das debentures será paga mensalmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de junho de 2019 e os demais pagamentos devidos todo dia 10 de cada mês até a data de vencimento das debêntures.

O saldo do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série será amortizado em 36 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida no 13º mês contado da data da emissão, ou seja, em 10 de junho de 2020, e a última na data de vencimento das debêntures. O saldo do valor nominal unitário das debêntures da 2ª série será amortizado em 27 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida no 16º mês contado da data da emissão, ou seja, em 10 de setembro de 2020, e a última na data de vencimento das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo bruto das debêntures no passivo circulante é de R\$ 12.142 e no passivo não circulante é de R\$ 55.685. O saldo das debêntures, líquido dos custos de transação no passivo circulante,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

é de R\$ 11.513 e no passivo não circulante é de R\$ 54.218. Os custos de transação estão sendo reconhecidos como despesa de captação conforme os prazos contratuais dessa emissão, de forma linear.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 23 de agosto de 2019, foi aprovado a inclusão de cessão fiduciária adicional de um contrato da Priner Serviços e um contrato da Priner Locação no grupo de garantias fiduciárias. Em vistas as deliberações dessa AGD, foram aditados: (i) em 29 de agosto de 2019 o 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças e (ii) em 09 de setembro de 2019 o 1º Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Depositário.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 05 de novembro de 2019, foi aprovado a inclusão de cessão fiduciária adicional de um contrato da Priner e todos os direitos decorrentes da conta vinculada Priner Serviços e conta vinculada Priner Locação com o objetivo de incrementar as garantias de pagamento da totalidade das Obrigações Garantidas oferecidas no âmbito do contrato de cessão fiduciária.

Covenants

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento, os quais serão acionados a partir do 1° trimestre de 2020, como segue:

• <u>Trimestral</u>: Dívida Bruta + Sellers Finance - Escrow ≤ R\$ 80 milhões;

<u>Nota</u>: "Dívida Bruta" significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa; "Sellers Finance" significa contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas concedidos pelos vendedores.

• Anual: Dívida Liquida/EBTDA ≤ 2,5 em 2019 e ≤ 2,0 de 2020 em diante.

<u>Nota</u>: "Dívida Líquida" significa valor da Dívida Bruta, menos a conta reserva ou *escrow account*. Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa), menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

Garantias

As debêntures não contarão com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ação. Não obstante as debentures contarão com as garantias conforme abaixo definidos:

- Fiança da Smartcoat e Priner Locação;
- Cessão fiduciária dos recursos iniciais depositados em conta Escrow de titularidade da Emissora (Priner), para garantia das obrigações referentes às parcelas do principal dos empréstimos existentes da data de liquidação das debêntures que não foram quitados na mesma data;
- Cessão fiduciária dos recebíveis de dois contratos firmados pela Smartcoat. Adicionalmente, fluxo (domicílio bancário simples) de outros dois contratos também firmados pela Smartcoat;
- Cessão fiduciária dos valores depositados pelos quatro contratos mencionados acima em conta Escrow de titularidade da Garantidora Smartcoat;
- Posteriormente, em 23 de agosto de 2019 e 05 de novembro de 2019, foram realizadas Assembleia Geral de Debenturistas, as quais aprovaram a inclusão de cessão fiduciária adicional de um contrato da Priner Serviços e de um contrato da Priner Locação no grupo de garantias fiduciárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações de arrendamento

As obrigações de arrendamento e as parcelas a vencer dos contratos elegíveis a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) estão compostas da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2019	Consolidado 30/09/2019
Compromisso de arrendamento de curto prazo reconhecidos no passivo	421	1.601
Compromisso de arrendamento de longo prazo reconhecidos no passivo	1.593	6.618
Total dos compromissos de arrendamentos reconhecidos no passivo	2.014	8.219

O cronograma de pagamentos de arrendamentos classificados no passivo de arrendamento é conforme apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento a vencer:		
Até 30 dias	70	285
Entre 31 a 90 dias	62	231
Entre 91 a 365 dias	289	1.085
Em 2021	410	1.559
2022 em diante	1.183	5.059
	2.014	8.219

A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018		
Adição inicial IFRS 16/CPC 06 (R3)	1.791	8.648
Saldo em 01 de janeiro de 2019 Adição/Reversão de arrendamentos	1. 791 499	8.648 788
Pagamentos de arrendamentos	(444)	(1.928)
Juros reconhecidos no resultado do período (*)	168	711
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.014	8.219

^(*) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados em juros apropriados estão brutos de impostos (PIS e COFINS).

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia não considera a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso e não estima impactos relevantes nos saldos apresentados decorrente das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

17. Salários e encargos sociais

A composição de salários e encargos sociais está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos sociais (*)	9.517	8.974	11.521	12.691

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão de férias	10.858	11.746	13.446	15.694
	20.375	20.720	24.967	28.385

^(*) O saldo se refere à salários, participação no resultado de obras, às obrigações com impostos e contribuições como o IRRF s/folha de pagamento, FGTS e INSS a recolher.

18. Partes relacionadas

18.1. Membros da Administração

A Administração da Companhia é composta por diretoria executiva e conselho de administração.

Não houve remuneração entre a Companhia e os membros do Conselho da Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A Companhia manteve, até 11 de dezembro de 2019 contratos de prestação de serviços de consultoria, celebrados em setembro de 2015 e outubro de 2017, com a empresa Rcarmelo Assessoria e Treinamento, pessoa jurídica, cujo sócio diretor é membro do conselho de administração da Companhia. Em 11.12.2019 esses contratos foram distratados, cessando assim a eficácia de todos os direitos e obrigações assumidos pelas partes desde a data de suas assinaturas.

Os contratos tinham como objeto a prestação de serviços de consultoria, incluindo assessoria comercial, financeira e de desenvolvimento de novos negócios, para potencial aquisição de empresas, no segmento de serviços industriais, em território nacional.

O sócio diretor dessa consultoria não recebe remuneração adicional para participação do conselho de administração da Companhia. Na tabela a seguir encontra-se denominado como "terceiros".

	31/12/2019	31/12/2018
Diretoria estatutária - Remuneração	2.273	2.101
Diretoria estatutária - Benefícios	110	106
Diretoria estatutária - Encargos	102	101
Terceiros - Consultoria	154_	257
	2.639	2.565

18.2. Saldos e transações com partes relacionadas

	Contr	oladora em 31 de o	lezembro de 2019		
At	Passivo				
Intercompany	Crédito pessoas ligadas	Intercompany	Débito pessoas ligadas		
-	619	2.849	-		
-	24.788	342 33	2.809		
-	25.407	3.224	2.809		
-	619 24.788	3.224	2.809		
Controladora em 31 de dezembro de 2018					
At	ivo	Pas	sivo		
Intercompany	Crédito pessoas ligadas	Intercompany	Débito pessoas ligadas		
301	910	6.449	2.607		
-	1.024	400	-		
301	-	6 849	3.060 5.667		
	Intercompany	Crédito Pessoas ligadas	Crédito Intercompany Pessoas ligadas Intercompany		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante Não circulante	301	1.155 779	6.849 -	- 5.667
		Cons	olidado em 31 de d	ezembro de 2019
	At	ivo	Pas	sivo
Descrição	Intercompany	Crédito pessoas ligadas	Intercompany	Débito pessoas ligadas
R & R Membros da Administração	- 	- - -	342 - 342	9.613 9.613
Circulante Não circulante	Ξ.	- -	342	9.613 -
		Cons	olidado em 31 de d	ezembro de 2018
	At	ivo	Pas	sivo
Descrição	Intercompany	Crédito pessoas ligadas	Intercompany	Débito pessoas ligadas
R & R Membros da Administração	<u>:</u> 	245 245	400	6.979 6.979
Circulante Não circulante	- -	- 245	400	2.676 4.303

As condições do mútuo consolidado a pagar celebrado entre a Companhia, controladas e seus Administradores estão demonstrados abaixo:

	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	31/12/2019	Amortização
Mútuo	CDI + 6% a.a	15/02/2018	15/02/2020	750	135	Parcelas mensais acrescidas de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	05/03/2018	15/03/2020	500	621	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	16/03/2018	16/03/2020	650	353	Parcelas mensais acrescidas de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	27/03/2018	27/03/2020	100	123	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	22/05/2018	22/05/2020	800	967	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	07/06/2018	07/06/2020	400	481	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	24/09/2018	24/09/2020	110	128	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	06/03/2018	06/03/2020	1.000	1.242	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	09/05/2018	09/05/2020	140	170	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	15/05/2018	30/04/2020	1.000	1.199	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	28/09/2018	28/01/2020	1.560	1.803	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 5% a.a	20/03/2019	20/03/2020	1.500	1.631	Em uma única parcela acrescida de juros
Mútuo	CDI + 6% a.a	22/03/2019	22/03/2020	700	760	Em uma única parcela acrescida de juros
					9.613	
Circulante					9.613	
Não circulante					-	

A seguir demonstramos os efeitos no resultado da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Custo com locação (*)	Custo com material de consumo	Receita de vendas/serviços	Resultado financeiro
Priner Locação	(7.064)	(100)	29	(519)
R & R	-	(190)	11	-
Smartcoat	-	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-	1.712
Membros da Administração	-	-	-	(283)
	(7.064)	(290)	40	910

^(*) Líquido de impostos recuperáveis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão demonstrados os efeitos no resultado consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Custo com material de consumo	Receita de vendas/serviços	Resultado financeiro
R & R	(190)	11	-
Membros da Administração	<u> </u>	<u> </u>	(1.008)
	(190)	11	(1.008)

19. Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

		Controladora
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.885)	8.323
Alíquota nominal	` 34%́	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	3.020	(2.830)
Adições e exclusões permanentes	13	73
Resultado de Equivalência Patrimonial	598	1.865
Crédito fiscal - custo de transação - Debêntures	(855)	
IRPJ e CSLL no resultado	2.776	(892)
Alíquota efetiva	(31%)	(11%)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	_
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.776	(892)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	2.776	(892)
		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (Arcivino) do povíado (Avovaísio) entre de imposto de vando e de contribuição pacial	(5.825)	5.966
Lucro (prejuízo) do período (exercício) antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal	(3.823)	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	1.981	(2.028)
Adicões e exclusões permanentes	(40)	(2.028)
Resultado de Equivalência Patrimonial	271	152
Crédito fiscal - custo de transação - Debêntures	(855)	-
Lucro presumido da controlada Priner Locação	1.013	1.004
Ativo diferido não reconhecido para prejuízo fiscal acumulado	(7.336)	-
Outros	(7)	7
IRPJ e CSLL no resultado	(4.973)	(825)
Alíquota efetiva	85%	(14%)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.207)	(4.613)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.234	`3.788́
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(4.973)	(825)

20. Tributos a pagar

A composição de tributos a pagar está demonstrada a seguir:

Controladora			Consolidado	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
1.069	1.177	1.233	1.372	
952	851	1.097	891	
117	60	237	148	
130	33	157	58	
185	93	206	122	
6_	5	18	5_	
2.459	2.219	2.948	2.596	
	1.069 952 117 130 185 6	1.069 1.177 952 851 117 60 130 33 185 93 6 5	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 1.069 1.177 1.233 952 851 1.097 117 60 237 130 33 157 185 93 206 6 5 18	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Benefício a empregados

21.1. Participação nos lucros a pagar

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante a ser pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101 e com o estatuto social da Companhia.

Tal cálculo se baseia no EVA (Economic Value Added) da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado do EVA da Companhia foi negativo, não ensejando o reconhecimento de participação nos lucros a pagar.

21.2. Plano de remuneração baseado em ações

A Assembleia Geral e administrados pelo Conselho de Administração, aprovaram três planos de opções de ações.

O objetivo dos planos é permitir que os participantes, sujeito a determinadas condições, adquiram ações representativas do capital social da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes; (c) motivar os Participantes a tomarem decisões visando sempre o desenvolvimento lucrativo dos negócios da Priner e, consequentemente, estimular o aumento patrimonial da Companhia, a longo prazo; (d) premiar os Participantes da Companhia proporcionalmente aos ganhos patrimoniais que a Priner venha a obter em decorrência de suas decisões, ajudando-os a se tornarem detentores de Ações Ordinárias; e (e) atrair e manter os Participantes a ela vinculados.

						Ações	em milhares
Planos	Aprovação	Data Outorga	Data Aditivo	Data Final de Exercício	Ações Outorgadas	Ações Exercidas	Ações Em Aberto
1º plano	Assembleia Geral em 01/12/2014	01/12/2014	15/12/2017	31/12/2019	4.622	-	4.622
2º plano 3º plano	Assembleia Geral em 28/04/2016 Assembleia Geral em 15/12/2017	28/04/2016 15/12/2017	05/12/2016 -	31/12/2017 31/12/2019	1.263 558	(1.263)	558

O 1º plano de ações, outorgado em 2014, definiu o montante máximo de 5% das ações ordinárias da Companhia, cujo preço unitário corresponde a R\$ 0,5160, sem correção por qualquer índice.

De acordo com o plano, o exercício das opções seria possível nos meses de maio dos anos de 2016, 2017 e 2018, embora as opções pudessem ser exercidas na primeira data de exercício, sendo esta uma decisão do beneficiário. Entretanto, em 05 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a postergação do prazo para o exercício parcial mínimo das opções pelos beneficiários, podendo os beneficiários exercêlas em períodos de exercícios subsequentes, a saber: 01 de maio de 2017 a 31 de maio de 2017 ou 01 de maio 2018 a 31 de maio de 2018.

Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia reformulou o Primeiro Plano, aprovado na AGE de mesma data, prorrogando o prazo final para o exercício de até 100% (cem por cento) das opções outorgadas aos participantes, podendo parte ou a totalidade das opções serem exercidas pelos beneficiários entre 01 de maio 2018 a 31 de maio de 2018 e de 01 de dezembro 2019 a 31 de dezembro de 2019 e o preço de opção foi repactuado da seguinte forma: (i) caso exercida até 31 de maio de 2018, será mantido o preço de opção correspondente a R\$ 0,5160 por ação, sem correção por qualquer índice, (ii) caso exercidas após 31 de maio 2018, o preço de opção corresponderá a R\$0,5160 por ação, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31 de maio 2018 e a data do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No 2º plano, outorgado em 2016, o preço unitário de exercício corresponde a R\$ 0,01 sem qualquer correção por qualquer índice. O período do exercício nos termos do 2º plano, aprovado em 28 de abril 2016, que era de 01 de janeiro de 2019 até 30 de junho de 2019, foi alterado em 05 de dezembro de 2016 pelo Conselho de Administração, definindo 50% das opções para o período de 01 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 e o saldo remanescente de 50% para o período de 01 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro 2017. Em razão desta alteração, foi aprovada minuta do primeiro aditivo ao Contrato de Outorga de Opção de Compra de Acões Ordinárias.

Em dezembro de 2016, foram exercidas 50% das opções, que correspondem a 631.303 (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e três) ações ordinárias de emissão da Companhia e em dezembro de 2017, foram exercidas os 50% restante das opções, que correspondem a 631.304 (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2017 aprovou o documento intitulado "Terceiro Plano" de Outorga de Opções de Compra de Ações Ordinárias e a Reunião de Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2017 autorizou a celebração do Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações Ordinárias.

O 3º plano, outorgado em 2017, definiu o montante de 558.462 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e duas) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, cujo preço unitário de exercício é de R\$1,028, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE a partir de 01/01/2017. O Outorgado poderá adquirir parte ou a totalidades das Ações Ordinárias entre 01 a 31 de dezembro de 2019, através do exercício, parcial ou total.

Para determinação do valor justo de opções concedidas nos dois planos vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi contratada consultoria independente e utilizou-se a metodologia Black, Scholes & Merton (BSM).

Para a aplicação dessa metodologia foram consideradas as seguintes premissas:

1º plano - 2014

Cálculo de BSM - Opção de compra						
	Na	data da Outorga		Na data do	Aditivo	
Lote	1°	2°	3°	Antes	Depois	
Valor da ação	0,562	0,562	0,562	1,056	1,056	
Preço de exercício	0,516	0,516	0,516	0,516	0,549	
Taxa livre de risco	13,03%	12,86%	12,71%	6,74%	9,33%	
Volatilidade anual	34,20%	34,20%	34,20%	24,04%	24,04%	
Tempo de exercício	1,5	2,5	3,5	0,46	2,04	
Taxa de dividendos	3,98%	3,98%	3,98%	4,04%	4,04%	
R\$ por opção	0,14	0,17	0,19	0,54	0,52	
Quantidade de opções	1.525.351	1.525.351	1.571.576	4.622.278	4.622.278	
Montante - R\$	213.549	259.310	298.599	2.481.275	2.406.216	
Montante total - R\$	771.458	-	-	-	-	
Valor justo médio R\$/opção	0,17	-	-	-	-	
Vida das opções em anos	0,42	1,42	2,42	-	-	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2° plano - 2016

Cálculo de BSM - Opção de compra

	Na data da C)utorga
Lote	1º	2°
Valor da ação	1,180	1,180
Preço de exercício	0,010	0,010
Taxa livre de risco	13,63%	12,04%
Volatilidade annual	26,74%	26,74%
Tempo de exercício	0,06	1,06
Taxa de dividendos	2,72%	2,72%
R\$ por opção	1,1600	1,1300
Quantidade de opções	631.303	631.304
Montante - R\$	732.311	713.374
Montante total - R\$	732.311	713.374
Valor justo médio R\$/opção	1,16	1,13
Vida das opções em anos	1	1

3° plano - 2017

Cálculo de BSM - opção de compra

	Na data da Outorga
Lote	1°
Valor da ação	1,056
Preço do exercício	1,143
Taxa livre de risco	9,33%
Volatilidade anual	24,04%
Tempo de exercício	2,04
Taxa de dividendos	4,04%
R\$ por opção	0,145
Quantidade de opções	558.462
Montante - R\$	81.222

A tabela a seguir apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos no resultado.

	31/12/2019	31/12/2018
1º plano: Reserva de Capital Número de opções a exercer (milhares) Número de ações exercidas (milhares)	771 4.622	771 4.622
2º plano: Reserva de Capital Número de opções a exercer (milhares) Número de ações exercidas (milhares)	1.446 - 632	1.446 - 632
3º plano: Reserva de Capital Número de opções a exercer (milhares) Número de ações exercidas (milhares)	81 558 -	81 558 -
Total registrado como patrimônio acumulado	2.298	2.298
Efeito no resultado acumulado do período	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Contas a pagar por aquisição societária

Representa a obrigação pela compra de 75% das ações da investida Smartcoat.

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A	8.595	9.078	8.595	9.078
(-) Ajuste a valor presente	(731)	(360)	(731)	(360)
	7.864	8.718	7.864	8.718
Circulante	7.864	6.525	7.864	6.525
Não circulante	-	2.193	-	2.193

As parcelas a vencer em 31 de dezembro de 2019 são remuneradas pela taxa de 95% CDI com vencimento final em julho de 2020.

23. Provisões

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de provisões referem-se aos seguintes títulos:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Desmobilização de contratos (*)	6.546	1.509	6.700	2.039
Honorários advocatícios	296	745	529	1.134
Total Circulante	6.842	2.254	7.229	3.173

^(*) Desmobilização de contratos refere-se ao processo de redução do efetivo em virtude da diminuição e/ou término da demanda. A provisão dos custos com verbas rescisórias leva em consideração o prazo do fim do contrato.

24. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

				31 de dezembro de 2	019 (consolidado)
Estimativa de perda	Controladora	Priner Locação	Smartcoat	Smartcoat (*)	Posição
Prováveis	2.520	-	831	1.907	5.258
Possíveis	3.424	140	5.843	-	9.407

				31 de dezembro de 20)18 (consolidado)
Estimativa de perda	Controladora	Priner Locação	Smartcoat	Smartcoat (*)	Posição
Prováveis	1.618	106	425	2.645	4.794
Possíveis	2.441	70	3.086	-	5.597
(*) Combinação de negócios - nass	ivos contingentes				

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados conforme detalhado a seguir:

A operação da Companhia representava uma unidade de negócio (serviços industriais) da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e, por força do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, foi acordado que: (i) a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia é a responsável por todos os processos trabalhistas relativos ao período de atuação até maio de 2013, inclusive (ii) a Priner é responsável pelos processos à partir de junho de 2013 e, (iii) em caso de atuação em ambas as empresas, é necessário efetuar rateio das obrigações das partes, apurando-se os valores proporcionais a cada período.

A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, constitui provisão para riscos com processos trabalhistas, considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo na controladora é de R\$2.520 (R\$1.618 em 2018).

Adicionalmente a Companhia tem ações de natureza trabalhista, no montante de R\$3.424 (R\$2.441 em 2018), envolvendo riscos classificados pela Administração como de perdas possíveis, para os quais não há provisão constituída.

A maioria das ações são reclamações trabalhistas por indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, acumulo de função, restabelecimento do plano de saúde e alimentação, adicional de insalubridade, pedido de horas extras, equiparação salarial, seus reflexos e respectivos encargos, além de 6 autos de infração lavrados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e uma ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores.

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R\$1.907 (R\$ 2.645 em 2018).

A investida Smartcoat possui ações de natureza cível consideradas como prováveis de perda, para as quais foi constituída provisão no montante de R\$ 62 (R\$ 0 em 2018). Trata-se de 3 autos de infração lavrados pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e uma ação anulatória de títulos de créditos.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados ou a serem divulgados.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é representado pelo valor de R\$73.367 (R\$ 53.367 em 2018). Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de dezembro de 2019 foi aprovado o grupamento de ações à proporção de 6:1, de modo que o capital social da Companhia passou a ser dividido em 20.653.497 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (104.873 mil em 2018). Cada ação ordinária dá direito a um voto na Assembleia Geral.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 27.000.000 (vinte e sete milhões) ações, por deliberação do conselho de administração, independentemente de reforma estatutária.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição acionária do capital social está representada conforme abaixo:

	31/12/2019		31/12/2019 31/12/20		3
Acionistas	Quantidade de Ações	%	Quantidade de ações	%	
Leblon Equities Partners V Fundo de Investimentos em Participações	17.187.553	83,22	103.125.318	98,33	
Tobias Cepelowicz	3.174.603	15,37	-	-	
Túlio Cintra	291.341	1,41	1.748.044	1,67	
	20.653.497	100,00	104.873.362	100,00	

25.2. Reserva de capital

O saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de R\$2.298, se refere a reserva referente ao plano de opção para empregados.

25.3. Reservas de lucro

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto na legislação e no Estatuto Social da Companhia, limitada a 20% do capital social.

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, a parcela remanescente de 100% do lucro líquido, após a absorção dos prejuízos acumulados, à constituição da reserva legal, e à distribuição de dividendos, é destinada à reserva de investimento/expansão que não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social.

Em 2019 o saldo constituído em anos anteriores da reserva legal e de expansão/investimento foram absorvidos pelo prejuízo do exercício.

25.4. Dividendos e juros sobre capital próprio - JCP

Conforme o Estatuto, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal. Para satisfação do dividendo mínimo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos, os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social deverão ser computados por seu valor líquido do imposto de renda retido na fonte. Os mesmos serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

Cabe destacar que o acionista controlador, Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações, está isento do IRRF - Imposto de renda retido na fonte (15%) sobre os juros de capital próprio.

Os juros creditados aos acionistas, calculados nos termos da Lei 9.249/95, são registrados a débito de lucros acumulados e a crédito do passivo circulante.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia destinou o montante de R\$ 722 a título de dividendos propostos que serão deliberados quando da Assembléia Geral Ordinária - AGO no exercício subsequente. Não houve declaração de juros sobre capital próprio neste exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve destinação a título de dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio.

		Controladora
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(6.109)	7.431
Adoção inicial CPC 47/48	-	(4.390)
Resultado após absorção	-	3.041
Constituição da reserva legal		152
Base de cálculo dos dividendos e JCP	(6.109)	2.889
D: 1		700
Dividendos obrigatórios (25% - Conforme estatuto)	-	722
Distribuição		
JCP propostos para pagamento no exercício seguinte	-	-
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	-	-
Dividendos Propostos para pagamento no exercício seguinte		722
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	-	722
Dividendos e JCP por ação - R\$	-	0,0069
% Dividendos e JCP do exercício sobre o lucro líquido do exercício	-	24%

26. Receita líquida

A composição do saldo da receita líquida está demonstrado a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta				
Locação e cessão	12.030	10.443	62.713	45.144
Locação para o exterior (1)	-	-	33	-
Vendas	6.880	7.089	12.776	7.262
Serviços	244.414	215.976	311.783	307.831
Servicos para o exterior (1)	482	-	482	-
Indenizações, recuperação e sucatas	110	186	366	242
, , ,	263.916	233.694	388.153	360.479
Deducão de receita				
Impostos sobre vendas e servicos	(24.079)	(21.771)	(31.308)	(29.375)
Cancelamentos, descontos e devoluções de vendas	(2.475)	(3.881)	(8.233)	(3.867)
,	(26.554)	(25.652)	(39.541)	(33.236)
	237.362	208.042	348.612	327.237

⁽¹⁾ Referem-se a serviços prestados no Brasil, porém faturados para clientes no exterior.

27. Custo dos serviços prestados

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(165.200)	(143.675)	(213.749)	(217.718)
Terceiros	(2.525)	(2.394)	(4.544)	(4.296)
Fretes	(1.825)	(1.553)	(4.230)	(3.355)
Material consumo/ manutenção e reparo	(18.196)	(16.292)	(35.701)	(32.359)
Mobilização e Desmobilização	(5.363)	(477)	(6.419)	(723)
Aluguel	(10.581)	(10.401)	(7.723)	(4.926)
Viagens	(3.629)	(2.984)	(4.256)	(5.628)
Mercadorias adquiridas de terceiros	(3.419)	(3.088)	(3.922)	(3.142)
Depreciação e amortização	(864)	1.046	(16.419)	(11.785)
Baixa de ativos	(42)	-	(229)	(964)
Indenização/multa contratual	(2.044)	-	(2.044)	-
Reversão/Provisão de honorários de êxito	661	(745)	816	(1.133)
Recuperação de créditos previdenciários	-	3.417	-	5.458
Outros (*)	(789)	(748)	(1.165)	(1.643)
	(213.816)	(177.894)	(299.585)	(282,214)

(*) Composição da conta outros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Taxas s/propriedade	(45)	(24)	(110)	(454)
Seguro	(32)	(24)	(231)	(166)
Comunicação	(192)	(146)	(195)	(146)
Taxas e contribuições	(79)	(69)	(82)	(137)
Legalizações/certidões/Cartórios	(3)	(44)	(4)	(44)
Propaganda	(74)	(36)	(75)	(36)
Festividades e comunicação interna	(37)	(22)	(42)	(22)
Treinamento	(327)	(383)	(426)	(478)
Administração de obras (Smartcoat)	-	-	-	(160)
	(789)	(748)	(1.165)	(1.643)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o imobilizado da Companhia é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transportes de equipamentos entre filiais e eventualmente para os clientes, as despesas de depreciação dos equipamentos de locação e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

28. Despesas gerais e administrativas

		Controladora		Consolidado
_	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(17.401)	(17.247)	(25.899)	(25.206)
Terceiros	(4.385)	(4.391)	(6.971)	(7.496)
Fretes	(2)	(12)	(28)	(32)
Material consumo/ manutenção e reparo	(479)	(349)	(1.309)	(935)
Aluguel	(627)	(1.404)	(908)	(1.839)
Viagens	(1.111)	(1.254)	(1.378)	(1.431)
Depreciação e amortização	(1.139)	(1.376)	(3.285)	(2.897)
Baixa de ativos	15	(921)	(14)	(945)
Reversão/Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.550	(540)	1.798	4.007
Ajuste a valor justo - opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat	420	6.111	420	6.111
Perda - fraude cibernética	(830)	-	(830)	-
Outros (*)	(2.271)	(101)	(3.660)	288
	(26.260)	(21.484)	(42.064)	(30.375)

(*) Composição da conta outros

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Taxas s/propriedade	(344)	(398)	(1.270)	(717)
Seguro	(178)	(82)	(224)	(299)
Comunicação	(183)	(158)	(411)	(495)
Taxas e contribuições	(199)	(125)	(377)	(187)
Legalizações/certidões/Cartórios	(161)	(87)	(257)	(154)
Propaganda	(185)	(234)	(297)	(344)
Festividades e comunicação interna	(29)	(26)	(61)	(52)
Treinamento	(91)	(102)	(114)	(189)
Provisão para contingências trabalhistas	(902)	68	(465)	695
Ganho por compra vantajosa em investimentos	-	700	-	700
Outras receitas - imobilizado	-	375	-	1.428
Infrações fiscais	(204)	-	(204)	-
Outras despesas operacionais/Recuperação de despesa	205	(32)	20	(98)
	(2.271)	(101)	(3.660)	288

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenharia da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicações, a depreciação dos bens de uso próprio, bem como as despesas das áreas administrativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro

Demonstramos a seguir a composição do resultado financeiro da Companhia:

31/12/2019 574 278 2 121	31/12/2018 138 1.217	31/12/2019 674	31/12/2018
278		674	
278		674	
	1 217		215
2 121		434	1.253
			2.832
22		45	69
			1.663
			-
			299
5.077	5.543	4.465	6.331
(2.841)	(4.894)	(3.772)	(6.084)
	(1.671)		(0.001)
	_		_
	(4.100)		(4.187)
		(722)	(867)
(247)	(874)	(388)	(983)
(1.009)	` <u>-</u>	(1.085)	` -
(528)	(282)	(1.085)	(1.740)
-	(31)	(2)	(31)
(869)	(312)	(1.035)	(427)
(1.363)	(92)	(3.242)	(782)
(168)	-	(711)	-
(315)	(282)	(383)	(361)
(13.005)	(11.369)	(18.050)	(15.462)
(7.928)	(5.826)	(13.585)	(9.131)
	2.121 22 1.712 370 5.077 (2.841) (4.382) (528) (442) (313) (247) (1.009) (528) (869) (1.363) (168) (315) (13.005)	2.121 1.977 22 22 1.794 1.712 96 370 299 5.077 5.543 (2.841) (4.894) (4.382) - (528) - (442) (4.100) (313) (502) (247) (874) (1.009) - (528) (282) - (31) (869) (312) (1.363) (92) (168) (315) (282) (13.005) (11.369)	2.121 1.977 2.915 22 22 45 1.712 96 27 370 299 370 5.077 5.543 4.465 (2.841) (4.894) (3.772) (4.382) - (4.382) (528) - (528) (442) (4.100) (715) (313) (502) (722) (247) (874) (388) (1.009) - (1.085) (528) (282) (1.085) (528) (312) (1.035) (1363) (92) (3.242) (168) - (711) (315) (282) (383) (13.005) (11.369) (18.050)

30. Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o resultado.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(6.109)	7.431	
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício (em milhares)	20.168	102.741	
Lucro (prejuízo) básico por ação por lote de mil ações - R\$	(302,90)	72,32	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Diluído

O lucro diluído por ação calculado com base no lucro atribuído aos acionistas controladores da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

	Controladora e Consolidad	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(6.109)	7.431
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício (em milhares)	20.168	102.741
Ajuste de opções de compra de ações (milhares)	864	5.181
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	21.032	107.922
Lucro (prejuízo) diluído por ação por lote de mil ações - R\$	(290,46)	68,85

31. Resultado por segmento de negócio

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes: serviços e locação. Os mesmos possuem características completamente distintas, conforme descrito abaixo.

A Companhia presta diversos serviços para a indústria, a saber: acesso (andaimes tradicionais, andaimes suspensos e escaladores), tratamento de superfícies e pintura industrial e isolamento térmico, acústico e corta-fogo. Além da prestação de serviços, a Companhia providencia locação de equipamentos de acesso e habitáculos pressurizados.

A representatividade individual dos clientes que tiveram participação superior a 10% do faturamento consolidado está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
1° maior cliente em 31/12/2019	22,40%	26,32%
2° maior cliente em 31/12/2019	12,94%	10,20%
3° maior cliente em 31/12/2019	10,77%	5,16%

Segmento de negócio: prestação de serviços

A atividade de prestação de serviços é intensa na utilização de mão de obra, sendo esse seu principal componente de custo. Os serviços prestados compreendem disciplinas de acesso, tratamento de superfície e pintura industrial, instalação de isolamento térmico, acústico e corta-fogo. A Companhia atende a diversos segmentos industriais, fornecendo soluções práticas e econômicas para nossos clientes. O know-how dominado por nossa equipe de engenheiros e técnicos especializados, que se traduz na qualidade de nossos serviços e em nossa capacidade para mobilizar equipe de prestadores de serviços com rapidez e agilidade em todo o território brasileiro é diferencial competitivo, o qual é valorizado por nossos clientes.

Segmento de negócio: locação de equipamentos

A atividade de locação de equipamentos é intensa na aplicação de capital. A Companhia atende a diversos segmentos industriais, através da locação de equipamentos de acesso e fornecimento de habitáculos pressurizados. As atividades de logística, manutenção e pesquisa e desenvolvimento de novos equipamentos exige conhecimentos técnicos específicos, a fim de oferecermos opções atualizadas para nossos clientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou prejuízo bruto e operacional, além de outros indicadores econômicos e financeiros e indicadores operacionais específicos para cada um dos segmentos. A tabela a seguir demonstra os principais indicadores utilizados:

Descrição	Prestação de Serviços	Locação	Consolidado
Receita per capita	SIM	NÃO	SIM
Custos dos produtos/servicos vendidos per capita	SIM	NÃO	SIM
Lucro Bruto e Margem Bruta	SIM	SIM	SIM
Lucro Operacional e Margem Operacional	SIM	SIM	SIM
Lucro Líquido e Margem Líquida	SIM	SIM	SIM
EBITDA e Margem EBITDA	SIM	SIM	SIM
ROIC - Retorno sobre o Capital Investido	SIM	SIM	SIM
ROE - Resultado sobre o Patrimônio Líquido	SIM	SIM	SIM
Dívida Líquida/EBITDA 12 meses	NÃO	NÃO	SIM

Ativo por segmento de negócio - Consolidado

	Locação		Serv	iços	Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	18.337	1.509	15.820	1.891	34.157	3.400
Títulos e Valores Mobiliários	2.530	2	1.086	26	3.616	28
Depósitos bancários vinculados	-		6.755	-	6.755	-
Contas a receber	7.905	8.614	44.702	61.201	52.607	69.815
Tributos	7	2	25.015	23.009	25.022	23.011
Outros ativos	211	113	5.494	8.950	5.705	9.063
	28.990	10.240	98.872	95.077	127.862	105.317
Outros ativos não circulantes Imobilizado e intangível	52	32	30.047	28.293	30.099	28.325
Custo de aquisição	108.483	91.896	67.142	61.613	175.625	153.509
(-) Depreciação acumulada	(66.213)	(56.058)	(27.832)	(23.107)	(94.045)	(79.165)
	42.270	35.838	39.310	38.506	81.580	74.344
	71.312	46,110	168,229	161.876	239.541	207.986

Demonstração do resultado por segmento de negócio - Consolidado

	Loca	ıção	Serv	riços	Conso	lidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida	59.427	44.226	289.185	283.011	348.612	327.237
Custo dos serviços prestados Lucro Bruto	(25.050) 34.377	(15.986) 28.240	(274.535) 14.650	(266.228) 16.783	(299.585) 49.027	<u>(282.214)</u> 45.023
Despesas Operacionais Gerais e Administrativas Resultado de Equivalência Patrimonial Lucro (prejuízo) Operacional antes do resultado financeiro	(6.316)	(3.891)	(35.748) 797 (20.301)	(26.484) 448 (9.253)	(42.064) 797 7.760	(30.375) 448 15.096
Receitas Financeiras Despesas Financeiras	695 (1.111)	235 (205)	3.770 (16.939)	6.096 (15.257)	4.465 (18.050)	6.331 (15.462)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	27.645	24.379	(33.470)	(18.414)	(5.825)	5.965
Correntes Diferidos	(6.207)	(4.613)	- 1.234	3.788	(6.207) 1.234	(4.613) 3.788
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	21.438	19.766	(32.236)	(14.626)	(10.798)	5,140

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Instrumentos financeiros

32.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

				Controladora		Consolidado
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	Classificação	Nível	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa (a)		1	13.517	1.612	34.157	3.400
Títulos e Valores mobiliários (a)		1	1.086	4	3.616	74
Depósitos bancários vinculados (a)	_	1	6.755	-	6.755	-
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas (b)	Custo amortizado	-	37.330	49.982	52.607	69.815
Mútuos com partes relacionadas (b)	Custo amortizado	-	24.788	779	-	245
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:						
Empréstimos e financiamentos (b)	Custo amortizado	-	6.545	48.603	12.080	67.637
Debêntures (b)	Custo amortizado	-	65.731	-	65.731	-
Contas a pagar por aquisição societária (b)	Custo amortizado	-	7.864	8.718	7.864	8.718
Contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas (b)	Custo amortizado	-	8.453	13.083	9.761	13.246
Mútuos com partes relacionadas (b)	Custo amortizado	-	2.809	5.667	9.613	6.979
Ativos financeiros derivativos (c)		2	4.455	5.820	4.455	5.820
Ativos/Passivos financeiros derivativo - Swap (d)		2 2 2	414	2.294	132	2.163
Passivos financeiros derivativos (c)		2	(69)	(1.855)	(69)	(1.855)

32.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 Informações, exceto os preços cotados incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 informações, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

			Cont	roladora				Consc	lidado
		Valor		Valor		Valor		Valor	
	31/12/2019	Justo	31/12/2018	Justo	31/12/2019	Justo	31/12/2018	Justo	Nível
Ativos (Passivos) financeiros derivativos - Swap	414	414	2.294	2.294	132	132	2.163	2.163	2
Ativos financeiros derivativos	4.455	4.455	5.820	5.820	4.455	4.455	5.820	5.820	2
Passivos financeiros derivativos	(69)	(69)	(1.855)	(1.855)	(69)	(69)	(1.855)	(1.855)	2
	4.800	4.800	6.259	6.259	4.518	4.518	6.128	6.128	

(a) Valor justo do caixa, equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

Equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

(c) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos a serem realizados são avaliados pela tesouraria e diretoria financeira, antes das assinaturas, para estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram identificados derivativos embutidos nos contratos firmados pela Companhia.

Na aquisição de 51% da empresa R&R Indústria, Comércio, e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., existem opções de compra e de venda das quotas remanescentes (49%), devidamente registrados no ativo e passivo não circulantes, respectivamente.

Na aquisição de 75% da empresa Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A, existem opções de compra e de venda das quotas remanescentes (25%), devidamente registrados no ativo e passivo não circulantes, respectivamente.

Não foram identificados novos derivativos no período findo em 31 de dezembro de 2019.

(d) Instrumento financeiro derivativo - SWAP

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam seu resultado operacional, visto que, a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela tesouraria e diretoria financeira, que avaliam as possíveis exposições a riscos cambiais e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar os riscos em questão.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps, com instituições financeiras de primeira linha. As operações de swaps são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações, a Companhia minimiza o risco cambial igualando o valor do compromisso e o período de exposição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

E com o objetivo de reduzir suas despesas financeiras, tendo em vista as previsões de queda do CDI, a Companhia contratou uma outra modalidade de derivativo para troca de taxas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui derivativo (Swap) para proteção contra variação cambial, substituindo custos de financiamentos em dólar, conforme abaixo:

- Banco ABC U\$\$ + 8,17% a.a. por CDI + 5,45%. O empréstimo, no valor de R\$3.000 foi contratado em 09 de abril de 2018 e o contrato swap foi celebrado na mesma data, com vencimento em 30 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o swap apresentava valor justo de R\$ 414.
- Banco Bradesco US\$ + 6,8983% a.a. por CDI + 6,5%. O empréstimo, no valor de R\$ 3.600 foi contratado em 06 de novembro de 2019 e o contrato de swap foi celebrado na mesma data, com vencimento em 03 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o swap apresentava valor justo de R\$ (282).

O monitoramento dos compromissos assumidos com derivativos permite acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa e resultados, bem como garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor das posições é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial.

32.3. Análise de sensibilidade

Segue quadro com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, o qual demonstra os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas investidas, com cenário mais provável (cenário I) e cenários de stress. Essa análise demonstra os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações contábeis individuais e consolidadas contendo tal análise.

		Controladora Mensuração dos riscos			Consolidado Mensuração dos riscos		
lantuum ontoo Financoivos	la deve dev	Cenário I	Cenário	Cenário	Cenário I	Cenário	Cenário
Instrumentos Financeiros	Indexador	Provável	II		Provável	<u> </u>	
Aplicações Financeiras	CDI	794	992	1.190	1.750	2.187	2.625
Empréstimos	CDI	(378)	(473)	(567)	(827)	(1.034)	(1.241)
Debêntures	CDI	(2.883)	(3.603)	(4.324)	(2.883)	(3.603)	(4.324)
Contas a pagar por aquisição societária	CDI	(174)	(217)	(260)	(174)	(217)	(260)
Total		(2.641)	(3.301)	(3.961)	(2.134)	(2.667)	(3.200)

A análise de sensibilidade apresentada simula alterações na variável chave "CDI" (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% na variável chave (CDI), respectivamente.

		31 de deze	embro de 2019
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aumento na variável chave em comparação			
ao cenário I		25%	50%
CDI (variável chave)	4,25%	5,31%	6,38%

Com relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 4,25%, considerando taxa média anual prevista pelo relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 28 de fevereiro de 2020.

32.4. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a mensuração das dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais deverão ser liquidados com pagamentos à vista e/ou com outros ativos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem da Administração na administração de liquidez é de garantir, no máximo grau possível, que a Companhia possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nas datas dos vencimentos, em condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia.

Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um total de R\$ 2.700 de limite de cheque especial aprovados, nos bancos Santander, ABC, Bradesco, Fibra e Daycoval, sendo R\$ 1.900 na Priner Serviços e R\$ 800 na Smartcoat.

A tabela a seguir analisa os principais ativos e passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

					Controladora
	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Outros créditos a receber – partes relacionadas	589	30	-	24.788	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(392)	(886)	(3.334)	(2.003)	-
Instrumentos financeiros (swap)	138	280	-	-	-
Debêntures	(8)	(17)	(12.680)	(28.263)	(40.123)
Contas a pagar por aquisição societária	(4.343)	(400)	(4.064)	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	(5.885)	(2.023)	(545)	-	-
Operação de risco sacado	(767)	(1.243)	-	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas		(1.257)	(1.611)		
Total por período	(10.668)	<u>(5.516)</u>	(22.234)	(5.478)	(40.123)
Em 31 de dezembro de 2018		1 456		770	
Outros créditos a receber - partes relacionadas	-	1.456	-	779	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(7.124)	(6.994)	(23.849)	(9.367)	(2.308)
Instrumentos financeiros (swap)	173	352	1.659	258	-
Contas a Pagar por Aquisição Societária	(126)	(128)	(6.952)	(2.641)	-
Mútuo – partes relacionadas	-	-	-	(5.667)	-
Fornecedores e partes relacionadas		(6.634)	(6.449)		
Total por período	(7.077)	(11.948)	(35.591)	(16.638)	(2.308)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Consolidado
		Mais que	Mais que		
	Até	um mês e menos de	três meses e menos	Entre um e dois	Entre dois e cinco
	um mês	três meses	que um ano	anos	Anos
	<u>um mes</u>	ties meses	que um uno	<u> </u>	Allos
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos bancários	(726)	(1.565)	(6.498)	(2.617)	(1.345)
Instrumentos financeiros (swap)	114	232	(224)	-	-
Debêntures	(8)	(17)	(12.680)	(28.263)	(40.123)
Contas a pagar por aquisição societária	(4.343)	(400)	(4.064)	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	(6.042)	(2.885)	(834)	-	(144)
Operação de risco sacado	(2.314)	(3.032)	-	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas	(3.001)	(4.925)	(1.785)	-	-
Total por período	(16.320)	(12.592)	(26.085)	(30.880)	(41.612)
Em 31 de dezembro de 2018					
Outros créditos a receber - partes relacionadas	-	-	-	245	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(8.121)	(9.161)	(32.542)	(13.060)	(3.631)
Instrumentos financeiros (swap)	160	347	1.589	203	-
Contas a Pagar por Aquisição Societária	(126)	(128)	(6.952)	(2.641)	-
Mútuo – partes relacionadas	-	-	(2.676)	(4.303)	-
Fornecedores e partes relacionadas	-	(13.246)	-	-	-
Total por período	(8.087)	(22.188)	(40.581)	(19.556)	(3.631)

32.5. Gestão de Capital

O objetivo da gestão da estrutura de capital desejável da Companhia é proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas.

A Companhia utiliza como principal indicador para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o seu patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Con	troladora	Cor	nsolidado
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado*)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado*)
Dívida bancária total (curto e longo prazo) Instrumentos financeiros (swap)	6.545 (414)	48.603 (2.294)	12.080 (132)	67.637 (2.163)
Dívida da aquisição Smartcoat, sem considerar o ajuste ao valor presente	8.595	9.079	8.595	9.079
Mútuo a pagar (curto e longo prazo) Debêntures (curto e longo prazo),	2.809	5.667	9.613	6.979
sem considerar o custo de aquisição	67.827	-	67.827	-
Caixa e equivalente de caixa	(13.517)	(1.612)	(34.157)	(3.400)
Títulos e valores mobiliários	(1.086)	(4)	(3.616)	(28)
Depósitos bancários vinculados	(6.755)	-	(6.755)	-
Endividamento Líquido	64.004	59.439	53.455	78.104
Patrimônio líquido	74.328	61.159	74.609	66.129
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	0,86	0,97	0,72	1,18

^(*) Reapresentado para inclusão da dívida com mútuo no cálculo do endividamento e desconsiderar o ajuste a valor presente da dívida de aquisição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

33. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Natureza dos seguros	Importância segurada			
Natureza dos seguros	(em milhares)			
Responsabilidade civil para gestores e conselheiros	10.000			
Responsabilidade civil geral	10.000			
Erros e omissões - Falhas profissionais	3.000			
Patrimonial	17.957			
Veículos (Somente RCF)	300 (LMI) e 100% tabela Fipe para alguns itens			
Risco de Petróleo Smartcoat (i)	US\$ 6.000			
Risco de Petróleo Smartcoat (ii)	1.865			
Garantia Smartcoat (iii)	2.518			
Garantia Priner (iv)	US\$ 6.000			
Garantia Priner (v)	US\$ 6.000			

As apólices de seguros contratadas abrangem todas as empresas do grupo nas modalidades aplicáveis a cada uma delas, conforme abaixo:

- a) Priner todas as apólices acima;
- b) Priner Locação responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG) e patrimonial;
- c) Smartcoat responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG), patrimonial, risco de petróleo e veículos; e
- d) R&R responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG) e patrimonial.
- (i) Apólice contratada para atender a exigências de um contrato com vigência de 01 de março de 2019 a 01 de março de 2020.
- (ii) Apólice contratada para cobertura de equipamentos financiados pelo BNDES com vigência de 19 de março de 2019 a 19 de março de 2020.
- (iii) Apólice contratada para atender a exigências de um contrato com vigência de 05 de abril de 2019 a 20 de março de 2022.
- (iv) Apólice contratada para atender a exigências de um contrato com vigência de 20 de setembro de 2019 a 20 de setembro de 2020.
- (v) Apólice contratada para atender a exigências de um contrato com vigência de 25 de dezembro de 2019 a 25 de dezembro de 2020.

34. Transações não caixa

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta saldo na controladora no montante de R\$ 243 (R\$ 47 em 2018) a pagar referente a aquisições de imobilizado e intangível. Tais aquisições não envolveram caixa e, consequentemente, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta saldo no consolidado de R\$ 1.268 (R\$ 424 em 2018) a pagar referente a aquisições de imobilizado e intangível. Tais aquisições não envolveram caixa e,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consequentemente, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

35. Eventos subsequentes

a) Início de oferta pública de distribuição primária de ações

Em 4 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado. Essa alteração faz parte do plano estratégico da Priner, o qual considera, entre outros assuntos, o constante aprimoramento de nossas práticas de governança corporativa, valorizando a transparência e proteção dos acionistas em geral.

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia e o Acionista vendedor Leblon Equities Partners V - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em conjunto com a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Coordenador Lider) comunicou ao mercado o início da oferta pública de distribuição primária, de 17.391.304 (dezessete milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, ao preço de R\$ 10,00 (dez reais) por ação e a distribuição secundária, de até 2.608.695 (dois milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, as quais poderiam ser vendidas, em caso de exercício da opção das Ações Suplementares.

A Oferta foi registrada no Brasil, junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não foi realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil. Não foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior.

A realização da Oferta, bem como seus termos e condições, foram aprovados em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de dezembro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), em 28 de janeiro de 2020, e publicada no jornal "Monitor Mercantil" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ"), nas edições de 25, 26 e 27 de janeiro de 2020 e 27 de janeiro de 2020, respectivamente.

No âmbito da Oferta, a emissão das Ações da Oferta Base foi feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), sendo que tal emissão foi realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social.

A fixação do Preço por Ação, bem como a ratificação do aumento de capital da Companhia foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de fevereiro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Monitor Mercantil" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERJ no dia útil subsequente.

O início de negociações das ações no segmento Novo Mercado da B3 ocorreu em 17 de fevereiro de 2020, com data de liquidação em 18 de fevereiro de 2020, onde a Companhia recebeu o aporte de R\$ 161 milhões, líquido das taxas e comissões das corretoras.

Adicionalmente, segue abaixo um cronograma indicativo das etapas da Oferta posteriores ao seu registro pela CVM, informando seus principais eventos a partir da data desse registro:

#	Eventos	Data
1	Início de negociação das Ações no segmento Novo Mercado da B3	17 de fevereiro de 2020
2	Data de Liquidação	18 de fevereiro de 2020
3	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	14 de março de 2020
4	Data limite para a liquidação das Ações Suplementares	18 de março de 2020
5	Data limite para o fim do Lock-up Varejo 2	4 de abril de 2020

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	6	Data limite para o fim do Lock-up Varejo 1	24 de abril de 2020
	7	Data limite para o fim do Lock-up Segmento Private	14 de maio de 2020
Ī	8	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento.	14 de agosto de 2020

b) Operações financeiras

- Em 08 de janeiro de 2020, a controladora Priner Serviços quitou a parcela de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2017, no montante de R\$ 1,1 milhões com os acionistas;
- Em 28 de janeiro de 2020 e 19 de fevereiro de 2020, a controladora Priner Serviços efetuou o pagamento referente a parcela anual de R\$ 3,7 milhões acrescido de correção, referente a dívida de aquisição da Controlada Smartcoat;
- Em fevereiro de 2020, a controlada Smartcoat contraiu novos empréstimos (mútuos) junto à controladora Priner Serviços nos montantes a seguir: R\$ 510 mil no dia 17; R\$ 4,4 milhões no dia 19; R\$ 4,2 milhões no dia 20; R\$ 400 mil no dia 28;
- Em fevereiro de 2020, nos dias 19 e 20, a controlada Smartcoat mediante empréstimos de mútuo recebido pela Priner Serviços, efetuou a liquidação total de todos os empréstimos de mútuos com acionistas minoritários, no montante de R\$ 6,5 milhões;
- Em 19 de fevereiro de 2020, a controladora Priner Serviços liquidou todos os empréstimos de mútuos com os acionistas e membros do conselho de administração, no montante de R\$ 2,7 milhões;
- Em 19 de fevereiro de 2020, a controlada Priner Locação distribuiu dividendos referentes ao exercício de 2019 e anos anteriores, no montante de R\$ 22 milhões;
- Em março de 2020, a controlada Smartcoat contraiu novos empréstimos (mútuos) junto à controladora Priner Serviços nos montantes a seguir: R\$ 300 mil no dia 03; R\$ 230 mil no dia 04; R\$ 1,1 milhão no dia 06; R\$ 1,1 milhão no dia 09;
- Em 06 de março de 2020, a controladora Priner Serviços efetuou o pré-pagamento das linhas de empréstimos pendentes com o banco BBM, no montante de R\$ 4,1 milhões;
- Em 16 de março de 2020, a Priner Serviços efetuou o pré-pagamento das linhas de Finame (BNDES) junto ao banco Santander, no montante de R\$ 34 mil.

c) Efeitos do Covid-19

Em consonância com o Ofício Circular nº 02/2020 emitido em 10 de março de 2020 pela CVM, a Companhia informa que os efeitos causados pelo COVID-19 não afetarão a continuidade do negócio, e está constantemente monitorando os potenciais impactos do COVID-19 nas áreas administrativas e de operações, tomando algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números relativos a 31 de dezembro de 2019.

O grupo Priner está monitorando diariamente os desdobramentos do CORONAVÍRUS (COVID-19) em seus negócios e implementando ações a fim de preservar seus colaboradores, sua liquidez e o atendimento a seus clientes. No momento, para médio e longo prazos, permanecemos com objetivo de utilizar os recursos do IPO (Initial Public Offering) para realização de operações de M&As, modernização de equipamentos e reforço de capital de giro, sabedores que a retomada dessas ações dependerá dos desdobramentos do CORONAVIRUS (COVID-19) e do completo entendimento de seus impactos em nossa sociedade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.